

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SILVA, Carlos Orlando Enrique da. Carlos Orlando Enrique da Silva (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 45min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP e AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Carlos Orlando Enrique da Silva  
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Regina da Luz Moreira; Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão;

**Levantamento de dados:** Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

**Técnico de gravação:** Clodomir Oliveira Gomes;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 16/11/2005

**Duração:** 1h 45min

Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "O petróleo na sociedade brasileira", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre setembro de 2004 e dezembro de 2006. O projeto visa à elaboração de um livro sobre a história do petróleo na sociedade brasileira, desde seus primórdios até a criação da ANP, no final da década de 1990, com ênfase na legislação elaborada ao longo do período. Esta entrevista subsidiou a elaboração do livro: "História social do petróleo no Brasil". / Regina da Luz Moreira e Sergio Tadeu Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: s. e., 2005. Inédito. A escolha do entrevistado se justificou por seu cargo de Superintendente-adjunto de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

**Temas:** Alcool; Anos 1980; Anos 1990; Conselho Nacional do Petróleo; Exploração de petróleo; Governo Fernando Collor (1990-1992); Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governo Itamar Franco (1993-1994); Indústria petroquímica; Legislação; Monopólio; Petrobras; Petróleo; Recursos naturais; Reforma administrativa;

## *Sumário*

*Entrevista: 16.11.2005*

Fita 1-A: As experiências no ramo petrolífero antes do ingresso no Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 1981; a atuação na área de downstream e as tarefas realizadas no setor; a questão do carvão mineral; a organização das atividades de refino, transporte e distribuição no CNP; a organização das diretorias do CNP; a quantidade de funcionários no quadro do CNP; os impactos da reforma administrativa de Fernando Collor de Mello no ramo petroquímico; os efeitos da crise do petróleo e as tarefas do CNP; o projeto da conta-petróleo do CNP; o envolvimento da Petrobras no Proálcool; a participação do CNP na criação da Comissão Nacional de Energia (CNE); a criação da Comissão do Álcool.

Fita 1-B: A carreira do entrevistado no CNP iniciada em 1981; a continuação da presença dos militares nos quadros administrativos do CNP; reflexões sobre a extinção do CNP; a estruturação do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC); o esvaziamento de atribuições ao DNC; o processo de abertura ao mercado do setor petroquímico na década de 1990; as discussões no ramo petroquímico sobre o status jurídico-legal dos produtos; a atuação da DNC no governo de Itamar Franco; a relação das distribuidoras nacionais e multinacionais na gestão do DNC de Marcelo Guimarães Melo; a assunção do cargo de coordenador geral de preço do DNC.

Fita 2-A: A gestão do Paulo Motoki no DNC; o processo de desqualificação dos produtos derivados de petróleo mediante às mudanças monetárias; a transição para a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP); o monopólio do ramo petroquímico pela Petrobras; a questão do aumento dos preços do combustível a nível internacional; a questão da política de governo e o livre mercado na Petrobras e na ANP.

Fita 2-B: A lei do petróleo em pauta; a estruturação da ANP em finais da década de 1990; os avanços e entraves da ANP em relação ao DNC; o convênio com o Corpo de Bombeiros; os desafios futuros da ANP.

*Entrevista: 16.11.2005*

Sérgio Lamarão - Bom, dr. Carlos Orlando, conforme nossos entendimentos por telefone, nós mandamos para o senhor esse roteiro, então nós vamos começar pelo começo, não é? O senhor chegou no CNP em 81.

Carlos Silva - Exatamente, é.

S.L.- Então qual era a sua experiência prévia?

C.S.- Na área de petróleo não tinha.

S.L.- Não tinha.

C.S.- Eu vinha da SEPLAN, trabalhava no IPEA, aí depois tive uma passagem em Pernambuco e por questões profissionais e pessoais eu retornei a Brasília onde ingressei no CNP em 1981, sem conhecimento da área de petróleo em si. Tinha conhecimento da área do governo por ser egresso da SEPLAN, mas do petróleo não.

S.L.- Em Pernambuco foi também uma experiência na área pública?

C.S.- Pública e privada.

S.L.- E o senhor começou atuando em que áreas exatamente dentro do CNP?

C.S.- Ao ingressar no CNP a primeira atuação se deu com o que nós chamávamos do “pesado”, não é? Que era carvão mineral, óleos combustíveis e coque petróleo. Então, quer dizer, eu fui assessor do coordenador técnico de Carvão Mineral e seis meses depois eu assumi a Coordenadoria Técnica de Carvão Mineral que era uma área vinculada à Diretoria de Planejamento.

S.L.- O senhor disse que o senhor sempre atuou na área de *downstream*, não é?

C.S.- Sempre, sempre. Sempre atuei na área de *downstream*.

S.L.- Esse termo é um termo específico para petróleo ou é um termo geral...?

C.S.- É utilizado, mas a gente gosta muito de usar [inaudível], montante, não é? Mas é um termo bem típico do nosso setor.

S.L.- Do setor mais amplo, vamos dizer assim, não é?

C.S.- É.

S.L.- De mineração... não é?

C.S.- Exatamente.

S.L.- E esse seu primeiro cargo, quais eram as suas tarefas, o senhor...?

C.S.- Naquela época o CNP cuidava por força regimental, não é, cuidava do carvão mineral. Antes do CNP tinha uma instituição chamada CPCAM<sup>1</sup>: Coordenação Nacional de Carvão Mineral, com a extinção dessa CPCAM, o CNP foi o órgão disponível à época para regulamentar, conduzir, implementar a política do carvão mineral.

S. L.-O senhor se lembra quando esse órgão foi extinto?

C.S.- Esse órgão foi extinto na década de 70, 78 por aí assim.

S.L.- Foi uma coisa relativamente recente, não é? Quando o senhor...

C.S.- Era sim, era sim. Então nós aí absorvemos as atribuições da CPCAM. O CNP passou a cuidar do carvão mineral consistindo exatamente na regulação do setor, a produção do

---

<sup>1</sup> O mais próximo do que foi possível ouvir.

carvão, a interface com a [CAEB] – Companhia [Associada Empresa]<sup>2</sup>, também extinta – que era responsável pela comercialização do carvão energético... E também havia uma interface com a Siderbrás. A Siderbrás era obrigada a adquirir todo carvão metalúrgico, não é? Então nós regulamentávamos isso. E também através da Diretoria de Preço, o preço do carvão mineral. Era assim, eu diria, foi uma participação bem rica do CNP no carvão mineral... notadamente quando veio o choque do petróleo, o carvão mineral foi escolhido como uma possibilidade de fonte alternativa de energia.

S.L.- Nessa altura seria o segundo choque, não é?

C.L.- Exatamente. E saiu do setor, quer dizer, saiu – desculpe – saiu do CNP na... com a chegada do governo Collor.

S.L.- Quando o CNP foi extinto também.

C.S.- Foi extinto.

S.L.- E também imagino que o CNP também fizesse algum tipo de interfaces com os próprios produtores...

C.S.- Também, também...

S.L.- ...com a própria iniciativa privada.

C.S.- Também. De Carvão Mineral, nós tínhamos inclusive um escritório instalado no epicentro do carvão mineral que era Criciúma, Santa Catarina. Nós tínhamos o escritório regional do CNP exatamente, cujo mote, cujo objeto era basicamente carvão mineral.

S.L.- E, quer dizer, quando o senhor falou do carvão mineral ligado à CAEB, era o carvão mineral que alimentava as usinas termoelétricas: Jorge Lacerda...?

---

<sup>2</sup> O mais próximo do que foi possível ouvir.

C.S.- É, porque à época – não sei se os senhores se recordam – nós tratávamos, especificávamos dois tipos de carvão: o carvão metalúrgico e o carvão energético. O carvão metalúrgico tinha aquisição compulsória muito e resignadamente pela Siderbrás, uma vez que o valor dela é muito alto e o teor de [inaudível] também muito alto e a Siderbrás teria opções melhores, mas por determinação do governo ela era obrigada... – quando eu digo “Siderbrás” eu estou falando as cinco usinas que configuravam a antiga Siderbrás – ela era obrigada a adquirir. A outra fração mais volumosa é de carvão energético que alimentava as termoelétricas e por sonho também [ri] alimentar outros segmentos industriais. Chegou a ter ingresso na indústria de cimento e a CAEB foi escolhida como a empresa de governo para comprar dos produtores, estocar e vender nas unidades industriais que se dispusessem a queimar carvão no lugar de óleo. Então esse era o papel da CAEB, o CNP também repassava os subsídios necessários a manter os entrepostos de carvão, fazer todo o transporte desde o Sul até as unidades consumidoras, de maneira que o carvão chegasse de maneira competitiva a quem substituísse o óleo combustível.

S.L.- Seguindo aquele roteiro, não é, como as atividades de refino, transporte e distribuição e comercialização se organizavam no interior do CNP? Eles estavam ligados a diretorias específicas?

C.S.- Estavam sim. Quer dizer, a parte de refino, a Petrobrás por ser a executora única – a qual ainda é hoje em refino – quer dizer, os planos relativos a refino, a novas refinarias, elas ficavam quase que restritas ao Conselho propriamente dito. Não existia um setor de refino como hoje há na ANP, não é? No CNP não tinha isso. A Petrobrás era, monopolizava as ações também de implantação...

S.L.- Planejamento, tudo.

C.S.- ...tudo. Nós apenas aprovávamos os planos.

S.L.- E sempre aprovavam.

C.S.- Na importação, exportação não, mas no refino sim. Porque vinha de uma política de governo maior e tal, e havia aquela intenção total do país. Então mais refinarias, expandi-las... o CNP nunca foi um empecilho nessa expansão no Parque de Refino da Petrobrás.

S.L.- Quer dizer, qualquer plano de expansão das refinarias já existentes e a construção de novas, tudo isso passava pelo Conselho.

C.S.- Sim, passava pelo Conselho, mas eu diria não existia assim uma análise... vamos dizer, muito forte, uma vez que a Petrobrás tinha um porto mais habilitado nessa parte de construção de refinaria e o DNC, ele... o CNP, ele sempre se voltou mais para o *downstream*. Sempre se voltou mais... apesar de nas suas atribuições ter essa de autorizar os planos de expansão de refino e o refino estar no monopólio, portanto, na alçada do CNP. Agora, no *downstream* o CNP atuou fortemente. Ou seja, no que diz respeito a esses outros pontos que os senhores citaram aqui: transporte, distribuição, comercialização; isso havia uma regulamentação muito forte do CNP, que até alguma coisa nós herdamos até hoje. Muito bem feito, diga-se de passagem. Muito bem feito. As resoluções então eram muito benfeitas... nós hoje quando queremos nos respaldar em alguma, em algum ato antigo, não é, para ver se alguma coisa foi aproveitada, nós vamos sempre nesse livro aqui porque ela era muito bem elaborada. Essa párea de transporte, distribuição e comercialização, elas estavam afetas à Diretoria de Abastecimento. Ou seja, o CNP tinha a Diretoria de Planejamento onde ficava a minha área de Carvão, não é, tinha a Diretoria de Abastecimento que englobava essas atividades que os senhores puseram aqui, a Diretoria de Preço que era extremamente poderosa à época, não é? Era quem fazia o preço de derivado de petróleo em todo país, não é? Extremamente poderosa. O Ministério da Fazenda apenas assinava, mas todo o trabalho técnico era feito no CNP. Em que áreas o CNP cobria naquele momento, além do carvão mineral, além do álcool, nós tínhamos uma participação muito forte também no programa do álcool.

S.L.- Quer dizer, isso já viria desde meados dos anos 70...

C.S.- É, já tinha...



S.L.- ...quando o programa é concebido, não é?

C.S.- É. Tanto que se nós visitarmos a Diretoria de Planejamento da época, não é, ela era composta por uma Coordenadoria Técnica de Carvão Mineral que era minha – por isso eu comecei por ela – depois pela Coordenadoria Técnica de Álcool e depois pela Coordenadoria Técnica de Petroquímica. Era outra atuação muito forte do CNP na área petroquímica. Mas, objetivamente, quer dizer, o CNP tinha Diretoria de Planejamento, Diretoria de Abastecimento, Diretoria de Preço, Diretoria Financeira, Diretoria de Fiscalização. Eram cinco diretorias e duas... duas coordenações. Eram duas divisões: a Divisão de Administração e um laboratório que existe até hoje.

S.L.- Quer dizer, hierarquicamente, em um outro degrau, de alguma maneira.

C.S.- É, mas se falava, dada a importância, falava diretamente com o presidente. Ou seja, nós tínhamos as cinco diretorias, não é, a Diretoria – repetindo rapidamente – Diretoria de Planejamento, Diretoria de Abastecimento, Diretoria de Preços, Diretoria Financeira... Diretoria Financeira... e tínhamos duas divisões: a Divisão... Diretoria de Fiscalização... – desculpe, faltou – tínhamos a Divisão Administrativa que lidava com a parte de pessoal, etc.,...

S.L.- E esse laboratório.

C.S.- ...e o laboratório que existe até hoje, sempre foi muito bom, ainda é uma referência nacional, o Laboratório de Combustíveis, situado lá em Brasília. E essas atividades que especificamente os senhores puseram nesse papel, estavam afetas à Diretoria de Abastecimento.

S.L.- E essas diretorias por sua vez se dividiam em coordenadorias ou em divisões... como é...?

C.S.- A de Planejamento que era onde ficava... ela se dividia em coordenadorias técnicas. Nós tínhamos a do Carvão Mineral, Álcool, Petroquímico, Estatística e de Petróleo. Eram

cinco. Cinco ou seis, não me recordo. Tratavam da regulamentação e do acompanhamento do controle estatístico, etc., etc., dos segmentos. Álcool, carvão, GLP e tal. E a Diretoria de Abastecimento tratava especificamente da comercialização, da movimentação, de quem podia vender a quem, aonde... autorizava a instalação de bases, instalações de tancagem, terminais... Então eram assim as divisões.

S.L.- Quer dizer, qualquer coisa que a Petrobrás quisesse fazer nessas áreas, necessariamente...

C.S.- Eu diria o seguinte, resumindo, o CNP do meio para o fim ele era muito forte na área de *downstream*, muito forte, e eu diria que a Petrobrás é que era muito forte de *upstream*. Isso é uma impressão minha, apesar de a legislação da época dar atribuições ao CNP de regular o refino e etc., etc. Mas havia uma clara descompensação, desbalanceamento. Ou seja, uma regulação muito forte em cima do *downstream* e uma, quase que umas tomadas apenas de decisão na parte de *upstream*.

S.L.- O refino seria *upstream*?

C.S.- Seria '*middlestream*'. A gente, vamos jogar para o alto o *upstream* para ficar mais fácil. Eu consegui recuperar também esse documento que é histórico, já está amarelado, que é o Regimento Interno do Conselho Nacional de Petróleo... Esse é de... 1977. Esse.. essas coisas que eu estou vendo, não tive tempo de reler, até porque para achar, procurei ontem à noite... mas está tudo aqui. Departamento de Planejamento: 'papapá, papapá...'; Diretoria de Fiscalização, Diretoria de Preço, Diretoria Financeira...

S.L.- Dá para montar um organograma completo...

C.S.- Dá, dá. Então a gente pode ver o seguinte: a Diretoria de Planejamento, ela se subdividia em coordenadorias técnicas: Carvão, Álcool, Gás, Petroquímica, Planejamento e Orçamento. A Diretoria de Abastecimento e as demais, se subdividiam em divisões. A mais forte assim no dia a dia do *upstream* era a Diretoria de Abastecimento. Essa aqui: Divisão de suprimento, Divisão de Importação-Exportação, Divisão de instalações, Divisão de

Armazenamento, Divisão de Setor de Representação. Então quem cuidava do operacional, do dia-a-dia do *downstream*, era essa diretoria, basicamente.

S.L.- E em relação assim a pessoal, o senhor tem assim idéia de número? O CNP tinha, quando o entrou no CNP o senhor tinha idéia de...?

C.S.- Mais de mil pessoas.

S.L.- Quer dizer, a grande parte concentrada em Brasília.

C.S.- A grande parte concentrada em Brasília e o corpo técnico mais capacitado era constituído do que se chamava à época “FAS”, não é, Função de Assessoramento Superior. Então isso aí... quer dizer, o CNP acabou devagarinho, não é? O Collor extinguiu primeiro essa função de assessoramento superior, que não existia somente no CNP. O CNP tinha oitocentos FAS. Aí as pessoas foram dormir empregadas, amanheceram desempregadas, aí ficou só o pessoal... servidor público, não é? Pessoal da casa e...

S.L.- É impressionante isso! Imagino, nesse sentido, o CNP era o único, não é? Não era não?

C.S.- No FAS?

S.L.- Em relação a esse percentual de FAS...

C.S.- Não, não, não... Tinha, tinha...

Regina Luz - Tinha uma prática para completar o salário baixo, você jogava FAS.

C.S.- Exatamente. É.

S.L.- Eu sei, mas, por exemplo, no seu caso, o senhor tinha só o FAS?

C.S.- Não, eu sou funcionário público de carreira, estava com a... Como o FAS – como a senhora mesmo falou – como o FAS tinha um salário bem mais alto, com o termo que é usado pelo pessoal da área de Recursos Humanos, ‘apostilamento’, [ri] então eu ‘apostilei’ a minha função pública e optei pelo salário de FAZ. Então eu era FAS, mas deixava em *stand-by* o meu cargo de funcionário público. Estava lá guardado. Concursado, estava lá guardado. [ri] Porque se eu permanecesse no cargo o salário seria bem menor do que o salário de FAS.

S.L.- Quer dizer, na verdade o FAS não é exatamente uma gratificação. É uma outra coisa.

C.S.- Não. O FAS foi criado o seguinte: na época do Programa Nuclear, então o governo precisava de técnicos assim, em áreas bem específicas, não é, e de contratação rápida. Sem todo o rito processual, burocrático de uma contratação no serviço público. Aí criou a figura do FAS. Aí então o FAS, por exemplo, o país estava enveredando no Programa Nuclear e tinha técnicos no governo, funcionários públicos com a capacitação em energia nuclear. Então como é que fazia para contratar esses funcionários públicos que soubessem [inaudível], não querem prestar concurso público? Então contrata como FAS. Além do mais o salário era bem mais alto e aí suscitava ruídos com os funcionários de carreira, não é, exatamente para atrair pessoas que tivessem competências específicas. Esse exemplo da [inaudível] nuclear é bem, bem... típica...

S.L.- A Nucleobrás era...

C.S.- ...bem típica. Bom, aí com o passar do tempo o FAS foi se deturpando, não é? Quer dizer, o Conselho Nacional de Petróleo não precisava dessa especificidade toda, não é? Já existia como um corpo bastante numeroso e competente no setor, não precisava apelar para o FAS. Não era nenhum especialista em atividade como se estivesse chegando no país naquele momento. Mas aí como o salário era mais vantajoso, abriu-se essa janela e tinha gente DNAEE, tinha gente no CNP, nos ministérios...

S.L.- Mesmo na administração direta tinha...?

C.S.- Todos. E o CNP era administração direta.

S.L.- Ah, é uma autarquia, não é?

C.S.- Era uma autarquia. Mas aí o Collor suprimiu essa carreira, essa função. Não é carreira, é função.

S.L.- E seguindo aquele nosso roteiro, a pergunta seria agora sobre os efeitos da crise do petróleo, não é? Se o CNP teve algumas tarefas específicas...

C.S.- Ah, sim, teve! Fortíssimas, fortíssimas! Quando... foram instituídas três linhas, não é, três linhas de ação, era:... – deixa eu ver se eu me lembro – era: aumento da produção nacional, conservação de energia e desenvolvimento de fontes alternativas de energia. Então foram as três linhas que à época governo visualizou para atenuar os efeitos da crise do petróleo. A conservação de energia, obviamente, o CNP foi mais para lá para o DNAEE, hoje ANEEL, não é? O aumento da produção de petróleo, a Petrobrás se encarregou de robustecer os seus planos, não é? Na parte de fontes alternativas de energia o CNP desenvolveu um trabalho muito forte com carvão mineral e no álcool. E além do mais, como nós éramos, como o CNP era à época o gerente de uma conta, a conta-petróleo, não é, então os subsídios necessários para alavancar os programas de carvão mineral, programas de álcool... eu até me lembro que teve [ri] uma planta de álcool metílico lá em Minas Gerais. Então tudo que se pensou à época como sendo uma fonte alternativa, não é, a substituição de derivado de petróleo, o CNP esteve presente fortemente, inclusive com o aporte de recursos oriundos da conta-petróleo.

S.L.- Conta-petróleo, o que é isso exatamente?

C.S.- Graças a Deus está morta e enterrada, não é? Mas a conta-petróleo é simples, é uma conta gráfica... ela tinha a função de suportar financeiramente custos de abastecimento não cobertos na estrutura do preço. Exemplo: o álcool, vamos pegar o álcool. O álcool viveu muito tempo com dois tipos de subsídios que a gente chamava de “subsídio de equalização de custo de produção de cana-de-açúcar”, ou seja, o governo dizia o seguinte: – aqui é um trabalho feito pela Fundação Getúlio Vargas há muito tempo atrás. Eu tenho guardado esse trabalho, muito bom – o governo dizia o seguinte, olha: “O meu referencial é São Paulo.

Então a cana-de-açúcar produzida em São Paulo para mim é índice 100<sup>3</sup>. Aí a Fundação Getúlio Vargas fez um trabalho para os demais estados produtores, não é? Vamos supor que produzir cana-de-açúcar em Minas Gerais fosse, comparativamente a São Paulo, fosse 110. Então o que é que o governo fazia? Vou jogar o consumidor na curva de indiferença de preço quanto a custo de produção. O que vai definir é o frete. Então ele não vai, ele não vai diferenciar preço em função do piso do preço do custo de produção da matéria-prima. E esses 10 a mais iriam ser cobertos por alguém. Esse alguém era o CNP. Por que o CNP? Porque o CNP geria uma conta-petróleo. E esse valor não estava previsto na estrutura de preço dos derivados de petróleo. O subsídio de equalização de custo de produção de cana-de-açúcar não estava previsto. Então saía, nós arrecadávamos recursos da gasolina, não é, era uma conta, quer dizer, débito e crédito... o grande provedor era a gasolina, existia uma parcela no preço da gasolina, provia, que gerava recurso, entrava positivo e como débito – um dos débitos – nós pagávamos esses 10 aqui desse exemplo que eu peguei – tem diversos outros exemplos – dessa competitividade do álcool nós pagávamos então esse valor gerado. Em síntese era assim que funcionava: a gasolina era o grande arrecadador, tinha uma parcela quando se compunham os preços, não é? Tinha o preço de realização da Petrobrás, depois tinha PIS, COFINS, depois nós jogávamos uma parcela chamada FUP: Frete Uniformização de Preço, que depois veio a ser a PPE e hoje, com outra vestimenta, é a [CIBE<sup>3</sup>], não é? Pois bem, essa FUP gerava um recurso, entrava contabilmente e financeiramente no caixa da Petrobrás e a ordem do CNP, do DNC posteriormente, até à ANP, ela fazia os pagamentos dos subsídios. Tanto para o álcool, tanto para a transferência de combustíveis, etc. Então era isso, era uma conta, como provedor nós tínhamos uma parcela presente no preço de gasolina ao consumidor, essa parcela ingressava no caixa da Petrobrás, ela contabilizava e pagava a diversos agentes em função de comandos do antigo CNP. E muito forte, *muito* forte era o subsídio de frete. Porque existia – ainda falando sobre a conta-petróleo, não é? – existia uma política do governo que o preço do combustível deveria ser o mesmo em todos os pontos do país. Então para que essa política se implementasse, se efetivasse, materializasse, é necessário que alguém pagasse o frete. Esse frete era pago com recursos da conta-petróleo. O ato de pagar, o recurso não ficava no CNP, nem ficou no DNC, nem na ANP, o recurso ficou na conta, sempre ficou no caixa da Petrobrás. Então por ofícios, por despachos, o CNP, o DNC, a Petrobrás paga à Shell, à Esso, à BR os valores lá [inaudível] tendo em vista as

---

<sup>3</sup> O mais próximo do que foi possível ouvir

transferências de produtos que eles fizeram no mês tal. Essa conta entrou num buraco muito grande [ri] porque na política de combate à inflação o governo achatava os preços ao consumidor e ao comprimir os preços ao consumidor comprimiam tudo para trás. Quer dizer, você tinha um preço de realização da Petrobrás comprimido, tinha a FUP que era a parcela geral dos recursos comprimida às margens dos distribuidores e revendedores, não é? Então quer dizer, a parcela arrecadada passou cada vez mais a ser menor do que as despesas que ela cobria.

S.L.- O déficit cada vez maior.

C.S.- O déficit cada vez maior. Então, tanto que a Lei do Petróleo, a 9478, ela tem lá um dispositivo, se não me engano o artigo 69, que diz que no prazo tal a União deverá fazer uma auditoria, deveria fazer uma auditoria na conta-petróleo, em função do resultado da auditoria pagar o teto que eventualmente surgisse. Então isso foi feito, eu participei dessa auditoria, a União pagou à Petrobrás.

S.L.- Mas isso foi feito pos...?

C.S.- Foi. Foi feito em 96... 97, 98. Até agora nós fizemos isso.

S.L.- Isso já, mais ou menos, no final do DNC, não é, e...?

C.S.- Não. Isso aí começou...

S.L.- Não, eu estou dizendo, esses anos já são mais para o final do DNC, não é?

C.S.- Já, já! Mas o CNP era no auge dessa conta.

S.L.- Agora, a Petrobrás também teve um envolvimento com o Pró-álcool. O senhor fez referência a algo em Minas Gerais, é uma destilaria...

C.S.- Então porque a Petrobrás teve uma...

S.L.- Por que diferia... porque quem construía a destilaria [inaudível]...

C.S.- Era o seguinte: primeiro houve uma política de subsídio muito forte, não é? Eu citei um que era o subsídio da “equalização de custos em produção da cana-de-açúcar”, era um subsídio. “Equalização de custo de produção de cana-de-açúcar”. Foi naquela teoria de que a produção de cana deveria ter o mesmo custo em todos os estados do país, tendo São Paulo como referência. O segundo subsídio era o subsídio “competitividade”. Era para que o álcool hidratado na bomba tivesse competitividade com a gasolina. Então eram dois tipos de subsídio: era o subsídio para produção de cana-de-açúcar e o subsídio para competitividade do álcool hidratado [inaudível] gasolina. Bom, todos os dois bancados com respaldo na lei pela conta-petróleo. Tudo isso, gasolina... arrecadava também de óleo lubrificante, mas o grande arrecadador era a gasolina. Então no início do programa a Petrobrás era obrigada a comprar todo esse álcool. Gostasse ou não, fosse ou não o núcleo duro dos seus negócios, mas ela era obrigada a comprar o álcool hidratado e o álcool [inaudível]. Então a Petrobrás entrava comprando esse álcool e existia no governo uma reunião mensal, no antigo CNP, depois o DNC herdou isso aí, onde se fazia uma reunião chamada “reunião de ‘planilhamento’” onde a Petrobrás dizia: “Eu tenho isso para vender, eu tenho isso para comprar.” As distribuidoras demandando se querem comprar isso, nós fazíamos as... os batimentos: fulano vende... Depois a Petrobrás saiu dessa compra compulsória de álcool, depois de muito tempo ela saiu disso aí, mas o governo ainda manteve esse ‘planilhamento’: a usina vende tanto, a Shell, vende tanto, a Esso vende tanto, a BR... Por que o governo se metia nisso? Porque era subsidiário. Mas a Petrobrás participou fortemente. Fortemente. Além desses subsídios, não é, os outros usineiros também tiveram subsídios agrícolas, não é? E por aí vai. Então subsídios, renúncias fiscais, etc.

S.L.- Quer dizer, em termos assim, cronológicos, nós estamos na primeira metade dos anos 80, Governo Figueiredo em termos internos corresponde aos últimos cinco anos da gestão do General Oziel, não é?

C.S.- Isso, exatamente.



S.L.- Então veio a Nova República, o general Oziel deixa o cargo depois de dez anos, não é, e é substituído por um outro militar, o general Roberto França Domingues, não é?

C.S.- Domingues, é.

S.L.- Agora, logo depois, em 86, um ano depois da posse do general Roberto, ou seja, a própria posse do presidente Figueiredo, foi criada a Comissão Nacional de Energia. Nós sabemos que o CNP participou dessa Comissão.

C.S.- Nós participamos acesso à Comissão, a Comissão tinha umas câmaras ou coisa que o valha, enfim, o núcleo que estudava os diversos segmentos energéticos, não é? Tinha lá o pessoal da Energia Nuclear, tinha um pessoal do Carvão... então funcionava como deveria funcionar hoje o Conselho Nacional de Política Energética Analítico de Petróleo. ele dava as diretrizes, se dava as linhas e nós implementávamos. Além de suportar com algum subsídio externo, não é, porque a Comissão Nacional de Energia – como o nome já dizia – era uma comissão que se reunia extraordinariamente. Duas ou três pessoas trabalhavam lá no que seria uma secretaria, mas o grande aporte, tecnologia junto de conhecimento, vinha das comissões. Das subcomissões ou de coisa que o valha. E nós participávamos fortemente dessas comissões. Participávamos da do Carvão Mineral, participávamos da Comissão do Alcool... Havia, eu diria assim, que era uma... uma retroalimentação. Nós íamos lá e víamos as diretrizes, voltávamos para o CNP para implementar, depois dávamos um *feedback* e a Comissão Nacional de energia, quando necessário, fazia os ajustes do percurso... mas foi uma época bem profícua, não é?

S.L.- Primeiro... tenho algumas perguntas a fazer sobre essa comissão. Primeiro: por que é que ela foi criada? O que é que havia naquela conjuntura de tão especial já que o petróleo, que eu me lembre, não havia, não era o momento crítico do petróleo...?

C.S.- Eu não sei. Eu não saberia... uma decisão tão política assim eu acho que é mais uma vontade do então vice-presidente Aureliano Chaves...

S.L.- Que era ministro, tinha sido ministro de Minas e Energia.

C.S.- Minas e Energia. Eu acho que eu não teria...

S.L.- Mas na verdade ele era, ele foi o vice do Figueiredo, ele era o ministro de Minas e Energia do Sarney. Que era o presidente, ele era presidente da comissão.

C.S.- Era presidente da Comissão. Acho que não... a motivação é mais política, naquele momento...

S.L.- Uma coisa assim para fortalecer, de alguma maneira...?

C.S.- É, acho que sim.

S.L.- E depois ele se lançou candidato, não é, à presidência...

C.S.- Eu não teria conhecimento porque é um decisão política, não é? Era e sou técnico, não é, eu não sei exatamente o que foi que motivou politicamente a Comissão Nacional de Energia.

S.L.- mas nada assim de natureza econômica, vamos dizer assim.

C.S.- Não, à época não.

S.L.- Nenhum problema mais [inaudível]?

C.S.- Não, não tinha, não tinha. Foi só uma questão de concentração de poder e para dar... sei lá, um planejamento da área energética. Eu diria assim.

S.L.- E todos os órgãos representados nessa Comissão, eles eram da área de Minas e Energia?

C.S.- Eram sim, eram sim. Todos eram da área de Minas e Energia.

S.L.- O senhor se lembra, lembraria quem é que estava representado nessa comissão?

C.S.- Eu me lembro... bom, além do CNP, tem: CNP, tem [DNAEE]<sup>4</sup>, DNPM, não é, Petrobrás, Eletrobrás, a Siderbrás estava representada, não é,... além de ter muita participação, a participação do Ministério da Fazenda, saindo um pouquinho da... Ministério do Planejamento... além do Ministério de Minas e energia obviamente, Ministério da Indústria e Comércio e muitos segmentos da área privada.

S.L.- Ah, é?!

C.S.- Tinha sim.

S.L.- Tinha um assento também.

C.S.- Não sei se tinha assento formal, mas nas reuniões que nós participávamos relativas a carvão mineral, álcool... era comum nós debatermos, termos embates técnicos com os segmentos da área privada. Eu não saberia informar se eles tinham assento permanente, oficialmente. Mas em reuniões nós estivemos sentados lado a lado com pessoa da área privada.

S.L.- E essa Comissão, ela durou quanto tempo. O senhor se lembra?

C.S.- Olha, eu diria o seguinte, ela foi minguando, eu acho que ela... diria que no máximo uns cinco anos.

S.L.- Ela atravessa o Governo Sarney e entra no Governo Collor.

C.S. – Não, não, aí ela já entrou em desuso. [ri] Em desuso entre aspas. Aí já era outro mundo.

S.L.- Era outro mundo, não é? [ri]

---

<sup>4</sup> O mais próximo do que foi possível ouvir.

C.S.- [Inaudível] distinto, não é?

S.L.- E nessa altura assim, em termos pessoais, a sua carreira no CNP o senhor começa em 81...

[FINAL DA FITA 1-A]

C.S.- Essa, [garanto?], foi agregando tacitamente para ver se não foi mexido o Regimento sopesados do petróleo, não é? Nós passamos a tratar de asfalto, de coque de petróleo e de óleos combustíveis. Não havia uma definição no regimento da ANP, mas...

S.L.- Quer dizer, com a transferência, de alguma maneira, eles saíram de petróleo e...

C.S.- É, porque como eram competidores energéticos próximos, não é, carvão, coque do petróleo, óleo combustível... quer dizer, o carvão substituía óleo, depois o óleo... houve inclusive uma linha de subsídio para troca de equipamento de óleo para queimar carvão. Então havia uma interação entre os produtos, interação essa que levou a que nós tratássemos desses energéticos junto com o carvão mineral. Então eu diria que quando... quando o CNP foi extinto, não é, nós tínhamos uma coordenadoria, apesar de no papel ser só carvão mineral, mas já tinha um escopo bem maior. Então eu fui como coordenador até o fim do CNP, nessa área.

S.L.- Quer dizer, atravessou os anos 80 todos nessas atribuições, não é?

C.S.- Na área... É. Tinha assento no Comissão Nacional de Energia como representante do CNP na área de carvão, óleo combustível...

S.L.- Pois é, o CNP na verdade tinha vários representantes na Comissão Nacional de Energia...

C.S.- Tinha, tinha...

S.L.- ...de acordo com...

C.S.- Tinha do Álcool, tinha do Carvão, tinha do Petróleo... tinha sim diversos representantes.

S.L.- Outra observação que me chamou atenção é a presença, a continuação da presença dos militares...

C.S.- Continuaram. Então houve, não houve, quer dizer, nós não sentimos nenhuma mudança na condução da casa quando chegou o Governo Sarney. Continuou o França Domingues, o meu diretor era um...

S.L.- Era um militar, não é?

C.S.- ...era um militar... boa-praça, da Aeronáutica, o coronel Vasconcelos.

S.L.- Quer dizer, então essa, as diretorias, dentro daquela estrutura que o senhor nos mostrou...

C.S.- Mantiveram-se...

S.L.- ...em geral eram militares, não é?

C.S.- É. Mudanças... está chegando a pergunta, mas a mudança radical veio em 1990.

S.L.- Pois é, então como o CNP atravessou esse final... quer dizer, o Collor é eleito em dezembro e toma posse em março, não é? Dezembro de 89, toma a posse em março. A morte foi anunciada ou...

C.S.- Não...

S.L.- ...pegou vocês de surpresa...?

C.S.- Eu diria o seguinte: a morte, ela começou quando tiraram a importância – é uma impressão pessoal, ‘tá’? – tiraram a importância do Conselho propriamente dito. O Conselho no início tinha pessoas notáveis lá, sem estar tecnicamente falando, Delfim Neto, o Simonsen, todos estiveram... passaram pelo Conselho de Petróleo.

S.L.- Como conselheiro.

C.S.- Como conselheiro. Então...

S.L.- Representantes dos ministérios...

C.S.- Isso. Então os assuntos que se tratavam à época era política de petroquímica do país, política do Geisel... então eram assuntos de relevância nacional. Era uma ampliação de refinaria, quer dizer, eram assuntos... de repente jogou-se para o Conselho, até porque esses assuntos saíram ou alguém ocupou o espaço livre ou os assuntos passaram e não chegaram outros importantes para lá... aí jogaram para o Conselho decisões relativas a se um posto de gasolina pode ou não ser concebido. Então as pessoas tecnicamente notáveis foram se afastando e colocando suplente do suplente do suplente. Então perdeu-se a força política e técnica do Conselho. Quando eu falo Conselho eu falo dos dez que se sentavam à mesa, não é? Outro dia até o rito para nós, apesar de ser um pouco... sei lá, ortodoxo, mas fazia parte, não é, um rito para o técnico entrar no Conselho, ser anunciado e tal... A pessoa se sentia até enaltecido quando um processo que eventualmente nós tivéssemos dado um parecer, quando nós éramos chamados lá para explicar aos conselheiros o porquê daquela [inaudível], era motivo até de preparo, como se fosse para uma prova. E com o passar do tempo isso se perdeu. Começaram a surgir notícias de corrupção, não é? Começaram a surgir algumas notícias de corrupção, não sei se procedentes ou não. E isso se juntou a essa derrocada assim da importância do Conselho em si, crescimento de outros órgãos... Então quando chegou o final do governo nós já tínhamos mais ou menos assim uma perspectiva de que a morte viria e chegou efetivamente. No período que... até o final do CNP até à efetiva implementação do DNC foi um caos total. Todo mundo saiu, a grande maioria como eu falei no início era de FAS, esses FAS saíram revoltados... Havia uma ordem tácita, não sei bem se era para

destruir, acabar com os arquivos... Então muita coisa, ainda hoje a NP se ressentida, não tem alguns pontos, há algumas lacunas na história do petróleo porque simplesmente foi destruído.

S.L.- Intencionalmente destruído.

C.S.- Ou intencionalmente ou por revolta. Tanto que eu nunca esqueci, sabe, minha sala, sabe, de Carvão Mineral, era vizinha ao que se chamava à época “ASI”, não é? Todo serviço público tem um setor lá, ASI: Assessoria de Segurança e Informações, não é? Ficava parede com parede. E veio uma leva de pessoas, uma horda invadiu isso aqui para ver as tais das... aquelas... – como é o nome? Tem um nome de [LDB], alguma coisa... – eram aquelas fichas que o SNI levantava da vida das pessoas para saber se a pessoa podia ou não ingressar num órgão público mesmo depois de concursado. Isso era guardado nessa sala. Então veio uma multidão de pessoas, mas literalmente invadiram, arrombaram para [inaudível] dessas LDB, um nomezinho assim. E nessa de destruir isso aí foram muitos processos também históricos para o lixo. A chegada da Standard Oil ao Brasil, a criação da Nacional Gás Metano lá no Ceará... processos que o CNP desenvolveu... As refinarias que num passado mais remoto foram...

S.L.- Da própria CNP, não é?

C.S.- ...da própria CNP... Então aqueles processos históricos foram todos destruídos. Ficou assim um palmo de papel no chão. Então foi um caos. A nova administração chegou, já foi entrando...

S.L.- Deixa eu só fazer... Esse processo de esvaziamento, em que momento o senhor localizaria o início desse processo? Desse deslocar, desse afastando...?

C.S.- Eu diria o seguinte, foi do meio para o fim... do general França.

S.L.- Já foi na gestão do general...?

C.S.- Já, já. Alguma coisa na segunda do general Oziel já se notava, talvez até porque ele já estivesse adoentado e tal. Aí o general França chegou, deu aquele gás inicial, mas depois a gente notou, nós, funcionários, notamos que houve um esvaziamento... era um órgão, gostasse ou não, era um órgão de referência, tinha oitocentas pessoas lá dentro, pessoas com conhecimento, com pós-graduação e tudo e de repente começou a haver uma notável queda. A gente passou a tratar de assuntos mais...

S.L.- Comezinhos.

C.S.- ...comezinhos, não digo tanto, mas assim sem aquela áurea de “é o órgão regulador e tal...” A Petrobrás...

S.L.- Eu confesso que eu fiquei surpreso quando o senhor mencionou o nome do Delfim Neto, do Mário Henrique Simonsen...

C.S.- Foi, logo no início tem, no início tem...

S.L.- Isso nos anos 60, mais ou menos.

C.S.- Isso! Logo no início. Obviamente que ele não era o ilustre que é hoje ou que foi, não é, como ministro era um iniciante ainda, não é? Obviamente era uma pessoa... [inaudível] [S.L. fala algo] foi durante muito tempo do CIP, não é? Centro Interministerial...

S.L.- De Preço, não é?

C.S.- Ou seja, se fossem bons ou não fossem eu não sei, não dá para avaliar. Mas pelo menos tinham um [inaudível] longo e estavam sentados lá. Se eram bons, competentes, se não eram, mas dava nome ao Conselho, não é? De repente...

R.L.- Coloca a autorização para posto funcionando...



C.S.- Ah, se eu, a senhora ou o senhor – hipoteticamente falando – podemos ou não ser autorizados a ter um posto, uma pessoa dessas não vai. Ele não iria. Estava tratando há um ano atrás, dois anos, se o país, se a política petroquímica era assim ou assado, dois anos depois se fulano e beltrano, ilustres desconhecidos podem ter um posto, isso não é...

S.L.- O senhor falou que provavelmente essas atribuições passaram para outros órgãos, não é? Mas que órgãos seriam esses?

C.S.- Não, eu diria o seguinte, no que diz respeito à política, não é, à política de petróleo, essas coisas, eu acho que na medida que o CNP foi se esvaziando um pouco, o próprio ministério foi...

S.L.- Das Minas e Energia foi...

C.S.- É. O próprio Ministério foi... o serviço público fica, espaço vazio, não é? O órgão foi definhando, começaram a surgir...

S.L.- Informalmente...

C.S.- É, informalmente.

S.L.- ...esse espaço está sendo ocupado então.

C.S.- Outros morreram, mas, quer dizer, já estava em pleno curso a implantação da política petroquímica, então não tinha mais por que o CNP ficar se metendo na formulação da política.

S.L.- Que já estava...

C.S.- Já estava sendo implementada...

S.L.- É, quando o senhor chegou já tinha o Pólo de Triunfo, já tinha, já estava sendo inaugurado...

C.S.- Já! Quer dizer, a Petrobrás também tomou muito fôlego, não é, era quase um regulador... indevido, mas era o regulador. Essas coisas todas, quer dizer, essas coisas todas que o general Oziel tinha muita força frente à Petrobrás, não é? Tinha muita força. Força do cargo, general Oziel, então já amedrontava um pouco, não é? As pessoas faziam tudo para não ouvir um “não” do Oziel, não é? Então acho que toda essa áurea foi se perdendo, acabou com a extinção do CNP em dezembro de... janeiro, dezembro, de 1900... janeiro de 1990, não é? Foi.

S.L.- Não, foi março. Quando...

C.S.- Março.

S.L.- ...foi um ato, foi um dos primeiros atos do Governo Collor, não é?

C.S.- É, mas antes... é, porque ele assume em março, não é?

S.L.- Ele assumiu em março.

C.S.- É, então foi em março, desculpe.

S.L.- Hoje [inaudível]

C.S.- Não, é porque eu estava pensando em janeiro, mas foi quando ele assumiu. Então foi em março. Desculpe. É março mesmo.

S.L.- E aí o senhor continua...

C.S.- Não, aí como é que se diz? É o seguinte: chegou a nova direção do DNC, não foi para o prédio do antigo CNP. Ficou instalada no Ministério de Minas e Energia porque corria à

época a história que “olha, o pessoal do CNP está todo contaminado...” Aquela velha história da maçã podre no cesto, não é? Você separar a maçã que estava podre das demais, então é melhor nem mexer no cesto, deixa para lá. Então vamos compor uma nova equipe. Aí essas pessoas se reuniram, ficaram fisicamente num ministério. Não iam, não sabiam ir lá. E o CNP sendo, as pessoas FAZ sendo já demitidas, não é? Com duas ou três, duas ou três ou quatro pessoas lá, servidores públicos de carreira lá sem ter o que fazer e os fiscais também, não é, os fiscais são funcionários públicos... Ficou apenas um diretor que eu me lembro, os demais, os generais, os outros foram embora, não é? Ficou apenas o coronel Vasconcelos que era...

S.L.- Esse da Aeronáutica, não é?

C.S.- É. Pessoa muito boa, já falecido. Muito competente. Ele esperou para passar a chave, não é? Apagar as luzes, mas nem isso foi... Foi demitido, foi tirado o DAS dele sem um telefonema sequer. Ele estava exercendo interinamente a diretoria geral do CNP, presidência do CNP.

S.L.- Ah, ele chegou a ser o interino...

C.S.- Interino. Pelo regimento – se os senhores depois quiserem cópia disso aqui – pelo regimento: o diretor de Planejamento era o interino do, o próprio estatuto...

S.L.- Não tem um vice, não é? Não tem a figura do vice.

C.S.- Não, não tem. O próprio estatuto já dizia isso. Quer dizer, o substituto eventual do presidente, da presidência do Conselho, é o diretor de Planejamento. E nós tivemos a chegada lá da dra. Maria Auxiliadora Jacobina Vieira, se não me engano era esse nome todo. E o pessoal que restou da casa ficou afastado por dois motivos: primeiro porque havia essa notícia de que estava todo mundo contaminado no antigo CNP e segundo porque foi a Petrobrás que chegou.

S.L.- Ah, sim. Pessoas da Petrobrás.

C.S.- A Jacobina era Petrobrás, o diretor-adjunto era Petrobrás... então no início foi muito ruim. Além da discriminação para com quem era do antigo CNP, havia mais essa indisposição porque as pessoas que montaram a equipe do DNC eram todas egressas da Petrobrás. Então como é que um órgão regulador poderia ser comandado pelo pessoal...

S.L.- Por um órgão não regulado.

C.S.- ...não regulado. Então ficou um negócio muito estranho no início. Aí paulatinamente ela foi chamando um a um para entrevistar e, sabe, de pegar notícia de quem era, o que fez, o que deixou de fazer...

S.L.- Agora, isso toma tempo, não é?

C.S.- Tomou tempo. Tomou tempo. Então isso foi até o meio do ano, foi um processo muito esquisito. Ficava todo mundo em casa. Então a ordem era todo mundo ir para casa e essas pessoas seriam contatadas por telefone. Se interessassem à nova administração seriam contatadas por telefone, senão procurasse outro caminho. E assim foi. Assim foi até que ela implantou um novo DNC, não é? Isso já tinha, não tinha mais todas aquelas diretorias, eram três coordenações: Coordenação Geral de Preço, Coordenação... Preço e Ressarcimento, Coordenação Geral de Planejamento e Coordenação Geral de Abastecimento. Então isso daí era exatamente bem voltada à *downstream*. Coordenação Geral de Preço e Ressarcimento, Coordenação Geral de Abastecimento e Coordenação Geral de Planejamento. Mais ou menos o que o CNP fazia, não é, ela concentrou em três coordenações gerais. Eu voltei para a Coordenação Geral de Planejamento como assessor depois de passar por toda essa triagem, fazer entrevista, indicar quem era, quem deixou de fazer, quem fez... e seis meses depois eu assumi a Coordenação Geral de Planejamento. Então entrei como assessor e seis meses depois assumi a Coordenação Geral de Planejamento. E até em todo o período de gestão da dra. Maria Auxiliadora fiquei como coordenador geral de Planejamento. O que seria diretor de Planejamento, não é?

S.L.- Houve um esvaziamento das atribuições se compararmos o CNP e o DNC?

C.S.- Houve sim.

S.L.- Houve, não é?

C.S.- Houve sim. Foi, foi assim uma... foi uma mudança radical, não é, tanto de administração quanto de conceitos e... tanto que o processo, muitas pessoas pensam que o processo de abertura de mercado começou com o advento da ANP, mas não, começou com o DNC no dia 14 de novembro de 1991. 14 de novembro. Era tão importante à época, imaginem os senhores, era tão importante que foi o próprio presidente Collor que assinou as primeiras liberações de preços de combustíveis, não é, e de produtos derivados do petróleo. Então foram liberados os preços de gasolina de aviação e de óleos lubrificantes. Então é uma coisa tão assim inusitada, tão extraordinária à época, que mesmo existindo um poder legal para a Auxiliadora fazer isso, foi um ato do presidente Collor lá do Palácio do Planalto.

S.L.- Foi uma grande, foi uma solenidade, não é?

C.S.- É. Naquela política dele que acabou sendo desastrosa, dizendo que era abertura do mercado, abertura, abertura... que em primeiro lugar iniciativa privada, em segundo lugar iniciativa privada, terceiro lugar, quarto... sexto lugar serviço público, não é?! A linha era tirar tudo e qualquer controle do setor de petróleo. Deixar o mercado aberto. Agora, como a dra. Maria Auxiliadora era uma pessoa egressa do setor, sabia que as ligações, o equilíbrio econômico era muito forte, não podia ser do dia para a noite totalmente apartado, o governo faz isso, deixa de fazer aquilo, vocês assumem tudo. Ela foi muito sábia, ela com muita cautela fez um plano, eu participei desse plano, como é que a gente ia... paulatinamente, durou dez anos, paulatinamente liberando as amarras, o meu setor foi extremamente controlado no tempo do CNP. Não porque o CNP quisesse, porque...

S.L.- Política de governo.

C.S.- Política de governo, não é? Então foi um plano bem estudado, tem seus defeitos, obviamente, mas começou aí em 1990.

S.L.- 90 ou 91?

C.S.- 90 começou-se a elaborar o plano, o que ia se fazer... conversar com os setores e em 91 aí teve o primeiro ato que foi liberar preço de gasolina de aviação e preço de óleo lubrificante... Teve mais um importantíssimo que foi o seguinte, se pagava... – naquela política que eu falei aos senhores há pouco, não é, de preços iguais em todos os pontos do país – para que isso ocorresse tinha dois tipos de frete que nós subsidiávamos: era o frete entre bases, ou seja instalações de tancagem, não é? Vamos supor a BR tem uma base aqui na REDUQUE, aí vai ter, vamos supor que tenha outra lá em Vitória ou nas proximidades de Vitória no Espírito Santo... Então esse frete de transferência da REDUQUE para lá, o CNP, o DNC, pagavam com recurso da conta-petróleo, recurso esse originado de uma parcela de preço da gasolina. Pois bem, e quando chegava na base de Vitória ou cercanias de Vitória, tinha um segundo frete que nós pagávamos também que era o frete...[S.L. fala algo] não, isso aqui o distribuidor fazia, não é? O distribuidor comprava aqui na REDUQUE, vamos supor, e levava para vender em Vitória. Se essa base estivesse na estruturação do CNP, DNC e esse Modal também, DNC Modal, vamos chutar também, não é, rodoviário, que não tem trem e tal, e a base A para a base B. Então se essas condições eram satisfeitas, então o sujeito se habilitava a receber esse frete aqui. E quando chegava nessa base tinha o que nós chamávamos de “frete-cidade”. Ou “city [inaudível]” como era chamado. Era o frete da base até o posto de gasolina. Então isso nós pagávamos também. A dra. Maria Auxiliadora disse: “Não, a partir de hoje a gente não paga mais esse frete. Frete-cidade não se paga mais”. Foram uns três avanços assim, para a época, dizendo isso hoje parece até que, não é, mas para a época foi uma coisa assim! Deixar de pagar o frete da base, das instalações de tancagem até o posto, foi uma coisa assim inusitada!

S.L.- Porque esse frete era importante para a equalização...

C.S.- É, da base até o posto.

S.L.- E agora esse aqui...

C.S.- Não, agora não existe mais nada.

S.L.- E vai variar até o final, não é?

C.S.- É. O controle... é uma entrevista para o dia todo, sabe? Só para dizer como era feito. É um negócio muito complicado.

S.L.- Quer dizer, esse terceiro ponto também fez parte dessa solenidade...?

C.S.- Fez. Está aqui, ó. Acabou o frete-cidade. Esse aqui não, continuou. Até por muito tempo, aí nós fomos reduzindo gradativamente, gradativamente... acabou agora em 2001. Os municípios mais distanciados do país lá da região Norte, até o final de 2001, ainda tinha um resquício, um resíduo de frete de transporte que era subsidiado pela conta-petróleo ainda e a Petrobrás pagava sob ordem da ANP. Já na vida da ANP.

S.L.- Já na fase da ANP, não é?

C.S.- É. na vida nova do combustível, na ANP fez isso. Então foi isso, quer dizer, aos poucos ela foi compondo a equipe, não é, compondo a equipe. O início era, no início o DNC estava centrado na figura dela, não é? Uma figura carismática, a primeira mulher depois de 50 anos e o primeiro civil, não é, dirigiu um órgão tido como de segurança nacional... Ela tinha um prestígio muito grande lá com o então ministro da Infra-estrutura... – como era, meu Deus?! – esse que foi da Varig também. Elísio Silva, não...

S.L.- Osiris Silva.

C.S.- Osiris Silva. E com o próprio presidente Collor, não é, que não tinham aparecido ainda aqueles esquemas que vieram à tona depois. E eu diria que o DNC viveu um momento muito rico, não é, com uma experiência de desmontar um... controle que vinha há 50 anos se vivenciando no país. Então foi um momento muito rico tecnicamente, discussões muito profundas, muito ásperas às vezes, mas foi o início do que se assiste hoje.

S.L.- Essas discussões envolviam que interlocutores?

C.S.- Ah, envolviam basicamente a [FE] Combustíveis que é uma entidade que congrega todos os sindicatos de revendedores e o [SINDCOM] que é o Sindicato Patronal das Empresas Distribuidoras. Então, quer dizer, naquela época não existia essa profusão de distribuidoras. Era mais fácil de fazer a mudança, não é? Que nós tínhamos as dez distribuidoras, não é, as sete grandes e mais umas três ou quatro pequenas... e o número de postos reduzido... Não se tinha ainda aventado essa possibilidade de adulterar combustível, era uma coisa que a gente...

S.L.- Era uma coisa que não... não existia...?

C.S.- ...não existia... E se existia, se existisse era muito...

S.L.- Residual?

C.S.- ...localizada.

R.L.- Hoje em dia [tem uma vontade?].

C.S.- É. essas... essa burla que se faz aí no campo tributário, o pessoal não tinha ainda despertado para isso... quer dizer, vivia-se muito tempo com imposto único sobre [lubrificantes] combustíveis e tinha pouco tempo a implantação do ICMS, que veio com a Constituição de 88... Então não tinha tido tempo hábil ainda para as pessoas começarem a burlar o Fisco. Então era bem mais fácil ter a gestão do setor do combustível, do abastecimento do combustível, não é? Então ela conduziu esse processo até a saída do Collor, depois veio o Itamar Franco, não é?

S.L.- Isso.

C.S.- Itamar Franco, ela saiu, não é, e surgiu um senhor lá chamado Marcelo Guimarães Melo.



S.L.- Mineiro.

C.S.- Mineiro. Tinha umas idéias assim que pareciam um tanto quanto estapafúrdias, não é, sobre clonal, era álcool com leite... De manhã aquelas fazendolas lá de Minas Gerais, produziam leite, aí com alguns arranjos naquele equipamento à tarde eram mini-usinas de destilação de álcool e tinha essa idéia fixa e o programa...

S.L.- Chegou a ir para papel, ele chegou a ter um plano?

C.S.- Chegou! Chegou, tinha isso aí. Mas só que era uma coisa tão assim fora do contexto, que não progrediu. Ele ficou lá algum tempo, mas como todo mundo, não é, tem seu marco. Ele marcou com uma ação, na minha maneira de ver, não é? Ele marcou o seguinte: esse subsídio que eu falei do frete transferência pegava também GLP, não é, gás de cozinha, como é chamado. Pois bem, e nós tínhamos sérias dúvidas quanto a... ao batimento dos valores pagos com as transferências efetivamente realizadas. Ele pôs um basta nisso. Então ele marcou bem a sua administração moralizando os fretes de GLP. Obviamente com algum exagero, porque ele exagerou na medida, nem todo mundo fazia esse tipo de irregularidade, praticava isso, mas ele jogou uma rede e o que veio, que marcou bem a sua passagem... Eu tenho para mim que o DNC perdeu muito nessa época com ele, como ele não tinha, diferentemente da Dora como ele não era uma pessoa que levasse um conhecimento técnico de petróleo...

S.L.- Ele não era uma pessoa de petróleo.

C.S.- Não era de petróleo. Então ele, as pessoas, a gente nota quando há um esvaziamento e as pessoas começam a procurar outros nichos de poder, não é? Quando ele assumiu, nós notamos o esvaziamento. Aquelas pessoas que vinham conversar conosco para discutir o plano de saída, de controle... essas pessoas sumiram, porque não tinha diálogo. Tem um momento em que as pessoas procuram a ANP, mas precisa ter diálogo com a direção superior, não é? Chega um ponto que ou há uma divergência incontornável entre as duas... as duas instituições, do ponto de vista técnico, não é, e tem de subir para o diretor. Quando chegava numa certa [inaudível] ele não tomava decisão porque não tinha conhecimento.

Então houve um esvaziamento natural e ele, na época dele – eu acho – foi marcada por isso aí... Também foi o grande responsável por essa enxurrada de distribuidoras. Que a dra. Maria Auxiliadora mexeu, como ela era uma pessoa muito competente, oriunda da Petrobrás, sabia do mercado, atendia do mercado, ela mexeu no controle mas não mexeu em demasia. Então ela não fez a mexida que levou ao surgimento de quatrocentas distribuidoras, não é? Então o dr. Marcelo tirou lá uma exigência, ele achava que – por ideologia política – ele achava que o país não podia ser dominado por multinacionais... então tinha de quebrar esse poder de Texaco, Esso, Shell, Atlantic e tal... e as grandes empresas, tirando mesmo as nacionais, eles então vão facilitar a entrada de distribuidor. Então do dia para a noite a gente passou de 10, 12 para 400.

S.L.- Mas como é que foi isso? Quer dizer, quando o senhor está falando de distribuidoras, são novas redes ou nem redes, são postos de...

C.S.- Não, não, novas empresas. Porque a legislação que ele mexeu dizia o seguinte: um distribuidor além de atender lá os requisitos burocráticos, não é, CNPJ, inscrição estadual, contrato social, capital integralizado de tanto... Aí tem os requisitos de caráter técnico, tem que ter tanque... A [ETA], não é, tinha duas exigências: tinha de comercializar no mínimo 10 mil metros cúbicos/ano – se não me engano – e no mínimo três produtos. Então se o senhor, se algum de nós quisesse ser distribuidor, teria de comercializar no mínimo 10 mil metros cúbicos/ano, na soma dos três e no mínimo três produtos: álcool, gasolina e diesel. No Momento em que ele quebrou isso aqui...

S.L.- Isso aí caiu por terra. Essas exigências caíram por terra.

C.S.- Aí, quer dizer, houve uma enxurrada de distribuidor...

S.L.- Qualquer ‘Zé Mané’... [ri]

R.L.- Lá em Minas tem uma distribuidora que é ALE...

C.S.- ALE. Essa é muito boa. Essa é muito boa.

R.L.- Sim, mas só funciona em Minas.

C.S.- Não, essa foi uma das regionais que cresceu bastante! Que deu certo, deu certo.

S.L.- É dessa época?

C.S.- Não, ela não é dessa época não, ela é mais recente. Mas ela é muito boa. ALE, ela é muito boa. Dessas regionais não há nada que pese quanto a essa empresa, inclusive tem postos aqui no Rio...

R.L.- Ainda não vi não.

C.S.- Ali...

S.L.- Eu já vi, eu já vi.

C.S.- Posso dizer à senhora aonde tem um. Ali em Ipanema, um lado é Gomes Carneiro, do outro é Rainha Elizabeth.

R.L.- Eu sei, na fronteira ali.

C.S.- Tem uma ligaçãozinha ali, até... tem a terceira rua, que se não engano é a Joaquim Nabuco...

S.L.- Joaquim Nabuco.

C.S.- Aonde tem a igreja, não é? Então é nessa esquina aqui entre a Joaquim Nabuco e a Rainha Elizabeth, ou entre a Rainha Elizabeth e a Gomes Carneiro. É uma ruazinha que liga e tem um posto. Dessas que chegaram, regionais, é uma das que progrediu bem, [inaudível], nada pesa contra ela. Tem outras também, mas ela...

S.L.- Então nesse momento, essa enxurrada... muitas sobreviveram?

C.S.- Muitas. Muitas, não é?

S.L.- Porque esse foi o momento da grande abertura...

C.S.- É, foi o momento da grande abertura. E sem o planejamento que a Dora tinha feito, Maria Auxiliadora tinha feito, que nós tínhamos feito. Levado por uma ideologia política, não é? Diz o seguinte: “Não quero multinacional no país. Somente elas. São isso e aquilo outro, são as grandes armas do capitalismo mundial, no passado era canhão, era não sei quê, hoje em dia são as multinacionais que vem para controlar. Então vamos abrir esse mercado.” Aí se reuniu lá com o pessoal dele...

S.L.- Ele trouxe pessoas dele...?

C.S.- Ele trouxe, trouxe. Aí numa tacada só tirou as restrições, não é, e no outro dia nós tínhamos lá 400 empresas. Então esse problema que teve uma enxurrada de empresas, teve uma competição acirrada, não trouxe nunca lucro ao consumidor, ganho ao consumidor, não trouxe eficiência... a competição é boa, a gente até... um dos arquivos basilares da agência é exatamente essa: de dotar o mercado de competição. Mas aí houve um excesso de, não é, de 400 distribuidoras. Hoje nós temos ainda 273 autorizadas e 150, 160 operando. E é um número muito elevado, bem elevado. Na [inaudível] tem todo mundo, tem gente que trabalha certo, tem gente que não trabalha certo... quer dizer, tem gente que adultera, tem gente que não adultera... é complicado, muito complicado. Bom, então foi aí na administração do dr. Marcelo que veio essa mudança radical, não é? E ele saiu, saiu, depois entrou o dr. Paulo [inaudível] Motoki. Ficou até cotado agora, que estava nos jornais aí que ia voltar para... uma indicação do Delfim Neto para assumir a diretoria aqui da ANP.

S.L.- Ele seria muito próximo ao Delfim Neto, não é?

C.S.- É. O Paulo... bom, na gestão do dr. Marcelo Guimarães Melo, ele me levou para ser coordenador geral de Preço. Então eu passei a ser o equivalente a diretor de Preço, não é?

S.L.- Porque é uma área chave para o CNP, sempre foi...

C.S.- Sempre foi.

S.L.- Sempre foi, não é?

C.S.- Sempre foi.

S.L.- Era o que dava mais visibilidade em termos de mídia, não é isso?

C.S.- É. foi isso que me levou a sair na segunda... [ri] depois eu chego lá. Pois bem, esse dava, tinha mais disposição que o próprio diretor-geral. As pessoas queriam preço, era tudo controlado pelo governo, as pessoas queriam ressarcimento pelas despesas efetuadas com as transferências de produtos. Então éramos nós que autorizávamos a Petrobrás a pagar e éramos nós que fazíamos os cálculos dos novos preços a cada 15 dias. Então era uma diretoria muito controlada pelo próprio governo, muito vigiada, não é, e muito procurada, muito demandada. As pessoas diziam que tinha muito mais importância do que a diretoria-geral. O dr. Marcelo Guimarães Neto me pôs lá, me tirou do Planejamento, pôs uma pessoa dele no Planejamento e me pôs lá para Preço. Que chegou a gestão do dr. Paulo [inaudível] Motoki e o grande marco dele foi exatamente, como ele chamava, não é, abrir...

[FINAL DA FITA 1-B]

R.L.- ...na gestão do Motoki foi abrir a caixa-preta, não é?

C.S.- É, como ele chamava, não é? Ele chamava “caixa-preta”. Foi feito um grupo, até por determinação do próprio Itamar Franco. Itamar também pegou essa linha de caixa-preta da Petrobrás, ele queria saber como é que a Petrobrás fazia preço e tal, e foi montado um grupo de auditoria da Petrobrás do qual eu participei, não é? Pessoas de outras áreas de governo

para saber como é que a Petrobrás calculava o preço, como era que fazia, como é que tinha na conta-petróleo... foi feita a primeira auditoria de petróleo aí. Isso foi o grande mote, o mote...

S.L.- Isso gerou... um mal-estar com a Petrobrás...?

C.S.- Gerou, gerou. Gerou sim. Mas... gerou. Bom, e continuava, não é, continuava enquanto isso, continuava, nós entrávamos num processo muito acelerado de liberação de preços, o governo na gestão Paulo Motoki, que tinha como parceiro lá da Fazenda, não é, o Milton Dallari. Então esses dois conduziram...

S.L.- Secretário geral de Preços...

C.S.- Era o ‘xerife’ de preços, não é, chamava “‘xerife’ de preço” e tal. Então esses dois conduziram como gerentes uma política muito forte, não é, que nós chamávamos, um jargão aí técnico, “desequalização de preços”. Ou seja, como eu falei há pouco, não é, nós temos essa política de subsídio de frete que a Dora acabou, a Maria Auxiliadora – desculpe – acabou com o frete-cidade, ou o “city [inaudível]” como chamavam o frete-cidade, e deixou subsidiado o frete entre bases. Instalações de tancagem. Então começou-se um processo de ‘desequalização’. Como era feito isso? Da seguinte maneira: vamos supor que o governo desse 20% de aumento no preço da bomba de gasolina. Aí nós fazíamos o seguinte: ao invés de 20% representar o aumento de preço propriamente dito, nós dávamos 19% e 1% do que se dava era para rebater o frete. Ou seja, 1% do preço era exatamente para pagar o frete no preço. Então deixava de ir subsidiando à medida que se ia incorporando ao preço do consumidor essas parcelas. Então isso no governo Motoki foi muito forte...

S.L.- Quer dizer, a cada aumento... foi uma política mais geral, a cada aumento esse raciocínio se aplicava, não é?

C.S.- Se aplicava, se aplicava. De maneira que, cada vez mais, vamos supor o seguinte – dando exemplos hipotéticos, com números – vamos supor que o frete do ponto A para o ponto B custasse duas unidades monetárias. Isso era pago com recursos da conta-petróleo como eu já falei. Um aumento que era de 15 dias, de mês em mês, então isso era um processo

muito rápido, a gente dizia o seguinte: “Olha, o governo está dando 20%, vamos colocar mais 1% de aumento”. Então: 21. Só que esse aumento é para compensar parte do frete que nós vamos deixar de pagar. Vamos supor que esse 1% significasse uma unidade monetária por frete, ou seja, 1% na bomba significasse uma unidade monetária de frete. Então uma unidade passava a compor o preço do consumidor e o governo passava a pagar apenas uma unidade monetária. E assim nós fomos retraindo. Outro ponto que marcou extraordinariamente a gestão do dr. Paulo Motoki, foi a mudança do padrão monetário nacional. Foi na gestão dele que nós passamos de Cruzado, não é, Cruzeiro...

S.L.- É, Cruzeiro.

C.S.- ...Cruzado, sei lá, para URV, unidade real de valor, e depois para o Real. Então isso daí foi um processo extremamente complexo, muito demorado...

S.L.- Como é que era isso nos preços dos derivados...?

C.S.- Essa questão da negociação, isso aí é memorável. Quer dizer, nós controlávamos o preço da Petrobrás, controlávamos as margens de distribuidores e as margens dos revendedores. Então tinha aquele tabelão do governo, não é, tinha a conversão, se dividia por 2.750... pois bem, então nós vamos pegar a margem do distribuidor. Nós tínhamos que transformar uma margem que estava num padrão monetário para uma margem em URV. Aí se sentava com o segmento para negociar isso aí. Primeiro tinha uma reunião com todas as partes, depois focava na pessoa que era ‘a bola da vez’. A bola da vez: distribuição. Quando eu falo em distribuição eu falo de Shell, Esso, BR... Ipiranga, etc. Aí se calculava, por exemplo, se calculava a margem operacional do sujeito, nós sabíamos, não é, com algumas... observadas algumas maquiagens que eventualmente eles faziam nos balanços... e como havia uma série de subsídios implícitos, quer dizer, prazos para faturamento que a Petrobrás dava, a pessoa comprava a gasolina, pagava com oito dias, pagava com dez dias... então numa inflação de 30% ao mês você pagava, sem juro e correção, pagava com dez dias, era um ganho financeiro. Aí discutiu-se essa margem financeira, não é? Chamava-se [*flowing?*]. Depois de muitas discussões do que é a margem operacional, que é a margem financeira, margem financeira indireta pelo fato de ela comprar a prazo da Petrobrás e não ter incidência

de juros... então chegávamos à uma margem total aqui, essa margem era dada em cruzeiro-real, não é, cruzado-real...

S.L.- Cruzeiro-real.

C.S.- Cruzeiro-real, se não me engano, aí dividíamos isso por aquela tabela de conversão do próprio governo e saía com isso aqui em URV. Isso foi feito para cada setor, para cada segmento... foi um aumento muito rico, não é, um aprendizado, laboratório inclusive, não é, alguns produtos estavam esquecidos... Eu acho que todos saíram ganhando, inclusive nós, não é? Desde essa época a inflação, segundo falam, está sob controle. Eu não... [risos] Então isso marcou consideravelmente a gestão do dr. Paulo Motoki e do Dallari. Dallari na fazenda e ele à frente do DNC. Então ele saiu exatamente por conta dessa coisa. Caiu numa pegadinha lá no Congresso Nacional, foi chamado para uma audiência pública e lhe perguntaram se ele tinha um assessor, um assessor lá no DNC, que era da Shell... mas só que realmente existia o assessor, só que o assessor era aposentado. A Shell tem uma política de aos 50 anos, 55, a pessoa pode ter PHD que aos 55 anos: rua, não é? Eles acham... Não sei se lá nos Estados Unidos eles usam esse mesmo limite etário. Mas no Brasil com 55 anos a pessoa sai. E esse rapaz muito competente tinha saído, tinha se aposentado efetivamente na Shell, não tinha mais nenhum vínculo, mas não tinha sido ainda... não tinha saído ainda no Diário oficial o DAS dele. E ele estava indo lá para, sabe como quando a pessoa vai para começar a ajudar, para começar a ler uma coisa, a ler o regimento, essas coisas, não é? Ler isso e tal...

R.L.- Começar a se enfronhar.

C.S.- Aí um deputado lá soube disso e fez essa, na hora da audiência, a audiência era para outra coisa, para explicar preço, aí esse deputado – ainda está até hoje – um deputado [inaudível] “É verdade que o senhor ter um funcionário da Shell?” “Não é funcionário da Shell, é aposentado da Shell.” “Mas ele já é do serviço público, ele não está lá?” Aí ele pegou o telefone – na época não tinha nem celular – pegou o telefone, nisso ligou a secretária “Não, o fulano de tal está aqui”. Aí com isso ele caiu. Chegou a gerente aqui nessa parte, chegou um senhor de nome Ricardo Pinto Pinheiro. Foi o último diretor-geral do DNC. E eu, particularmente, acho que não foi uma boa gestão. Isso é uma impressão pessoal. Ele saiu...



S.L.- Ele ficou um tempo razoável, não é?

C.S.- Ficou. De 90 e... ele chegou lá em 95, setembro, agosto de 95... Eu saí do DNC em 96, exatamente por indisposição com esse senhor. E ele veio a ser diretor, um dos diretores da ANP.

S.L.- Ah, é?!

C.S.- É. ele chegou a ser um dos diretores da ANP, mas saiu, se indispôs parece que com o dr. David... eu não sei direito, não estava no setor, mas é o que falam, e saiu. Saiu.

S.L.- Ele que teria feito a transição?

C.S.- A ele foi dada essa incumbência de fazer a transição, negociar com o autor do projeto de lei, não é, que era o deputado Eliseu Rezende, foi o autor, relator do projeto de lei. Então havia um trabalho muito forte do DNC, da SEAE... da SEAE, Ministério da Fazenda, não é? Ajudou bastante...

S.L.- SEAE seria o quê? Secretaria...

C.S.- Secretaria Especial de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Porque havia uma, nós trabalhávamos muito juntos, muito próximo do pessoal do Ministério da Fazenda nessa área... e houve todo um trabalho do DNC... que eu sei, apesar de eu não ter participado porque eu já tinha saído, sei que houve todo um trabalho de ajuda de subsídio... de [inaudível], de prestação de informações, etc. As pessoas da comissão que cuidava do projeto de lei.

S.L.- Quer dizer, a questão das agências já estava na mesa já.

C.S.- Já, já estava na mesa... Eu sei porque nessa época eu voltei para à SEPLAN e o projeto... como era uma pessoa oriunda do setor de petróleo, me foi dado lá na SEPLAN, no

Ministério do Planejamento, a incumbência de analisar o projeto, ver se tem algum ponto que não fosse do meu entender, não é, adequado, para eles analisaram politicamente. Então foi assim que, nessa época eu saí da área de Preço e passei para, na gestão do dr. Ricardo, saí da área de Preço e fui para a diretoria de Abastecimento.

S.L.- Voltou, não é?

C.S.- Não, não! Passei pelas três lá, não é? Planejamento, Preços e Abastecimento. Ele levou uma pessoa pra Preço... era um direito que ele tinha, não é?

S.L.- Isso na gestão do...

C.S.- Ricardo, é.

S.L.- Para chefiar a área de Abastecimento.

C.S.- É. Eu fui coordenador-geral de Abastecimento. ... E saí, voltei para SEPLAN. Mas a pergunta objetiva, é essa que interessa, não é, essa vinda... foi essa, nessa época houve sim um assessoramento muito forte do DNC para às pessoas que elaboravam o projeto de lei que culminou com a Lei 9478 que cria a Agência Nacional de Petróleo.

S.L.- E ele ficou até o final, não é?

C.S.- Ele não só ficou até o final do DNC como foi um dos diretores da agência.

S.L.- É, era uma das pessoas que nós tentamos localizar, mas não conseguimos.

C.S.- Não, ele está nos Estados Unidos.

S.L.- Ah, é?

C.S.- É. Eu acho que ele está no Banco Mundial, uma coisa desse tipo. Também não tenho idéia não. Mas o que eu sei é que ele foi para os Estados Unidos. Houve uma indisposição, uma incompatibilidade com o diretor-geral da época, dr. David – isso é o que falam, não é? Eu não estava aqui, então não posso assegurar. Mas é o que a casa fala. As pessoas que estavam à época falam que houve uma indisposição – Ele saiu e foi para o Banco Mundial. ... Olha, nós concluímos, quer dizer, a ANP concluiu o processo de abertura de mercado. Quer dizer, começou no antigo DNC... depois ele ganhou muita força com a... a mudança do padrão monetário e concomitante liberação de preço... teve um ato, que para mim é um dos mais importantes nessa liberação do mercado, que foi a portaria interministerial nº 3, Ministério Minas e Energia e Ministério da Fazenda, e liberou o preço do petróleo. Então, quer dizer... e... determinou que os preços praticados pela Petrobrás estivessem alinhados aos preços do mercado externo. Então aí foi o grande salto da Petrobrás, quer dizer, o que se fala da Petrobrás, de repente aparece com receitas cada vez mais fortes, mas o grande passo foi aí: 1998. O governo decidiu e consubstanciou essa decisão nessa portaria interministerial nº 3...

S.L.- Isso já com a ANP funcionando.

C.S.- 98. 98.

S.L.- Já, não é?

C.S.- Já! Em 98. Só que esses estudos começaram bem antes, não é? Mas essa portaria é de julho de 98. Então isso aí para mim é o grande marco que possibilitou à Petrobrás... Não sei se é bom, isso tudo se é bom para nós consumidores, não é? Porque se ela produz petróleo aqui a 4 dólares, cinco barris e vende a 60 para nós... eu não sei, aí é outra discussão. Outra discussão. Mas para a empresa e dentro daquela política em que vigorava a ética de... de globalização, não é, foi assim que ela... e atração de investimento e novos preços no mercado externo, então isso aí funcionou. Porque você diz o seguinte: “Olha, tanto faz – abstraindo a questão de câmbio, etc. – tanto faz o sujeito produzir um litro de gasolina no Brasil como lá na Europa. Então a receita vai ser a mesma.” Então só assim se atraiu pessoas jurídicas de fora e novos preços para investir na área de petróleo. Foi isso...

S.L.- E a Petrobrás aumentou muito a receita.

C.S.- É, a Petrobrás, como ela tem uma escola de monopólio de 50 anos, então ela aumentou. Imagine o senhor o seguinte, ela... quer dizer, vamos supor o preço médio de produção de petróleo já com a parte financeira a 11 dólares, não é, 11, 12 dólares. A extração em si deve beirar a 5, 4 dólares. E ela vende, quer dizer, a cota que ela vender a 60 dólares, não é?...

S.L.- Quer dizer, agora essa determinação é... ela veio para ficar, não é?

C.S.- Bom, aí você estava me perguntando... assim, essa determinação, ela realmente ela veio, está nessa portaria interministerial nº 3... e antes, como eu expliquei, não é, quando nós calculávamos o preço de um combustível... combustível 'x' aqui, um derivado 'x', [inaudível] o preço de realização... – esse é o jargão técnico, é o preço que remunera, paga os custos e remunera a Petrobrás, chamado “preço de realização”. Nós cotávamos o petróleo nacional a 14 dólares. 14 dólares e 95. 14 e 95. Foi o último preço que o governo cotou: 14 e 95. Àquela época o petróleo já custava 20 dólares. Aí o senhor pergunta: “Mas peraí, por que é que a Petrobrás faz isso?” Ela não era auto-suficiente, como ainda não é hoje. Então era bem mais dependente. Se o governo pagava 14 e 95 e ela tinha de importar o resto a 20, aí esses 5 dólares, ela lançava a crédito na conta-petróleo. Essa conta-petróleo pagava também isso. Quer dizer, a Petrobrás comprava um bem a 14 e era obrigada – desculpe – comprava um bem a 20 e o governo ao calcular o preço do produto final, tomava esse valor a 14... então essa diferença de 5, 6 dólares a Petrobrás lançava, ela se creditava na conta-petróleo. Para receber, só Deus sabe quando vai receber, agora quando nós formos fazer a auditoria. E assim derivados também. Se ela comprava gasolina a, sei lá, um dólar o litro e vendia a 0,80 ou 0,70, esses 30 centavos ela creditava... [R.L. fala algo] se creditava na conta...

S.L.- Agora dá para entender por que as pessoas, as pessoas às vezes comentam. A Petrobrás está produzindo cada vez mais petróleo, por que é que quando aumenta o preço do barril lá fora a gente paga isso aqui dentro? As pessoas comentam isso, não é?

R.L.- Quando abaixa não...

C.S.- Não, mas aí tem outras... aí eu chego lá. Veja só, então esse aqui era o preço de realização: 14 dólares, não é? Depois vinha aqui o PIS, PASEP... depois vinha aqui a FUP... a FUP era uma parcelazinha, era um tributo mascarado, vamos falar, vamos falar o termo correto, não? Ou seja, era um tributo que se mascarava para fiscal, vamos chamar assim, que se agregava ao preço da gasolina especificamente e aos outros também, para gerar dinheiro para conta-petróleo. Aqui nós tínhamos a margem do distribuidor, a margem do revendedor... mas a proporção gráfica aqui está diferente, [inaudível] revendedor... e os tributos que vinham aqui: ICMS e tal... Então essa era a composição. Ou seja, nós fixávamos sempre em 14 e 95. Quando nós fixávamos isso aqui, obviamente que o preço pelo qual ela vendia esse aqui era um preço defasado quando comparado com o mercado externo. Então o que foi que essa portaria fez? Disse: “Olha, está livre isso aqui... 2... isso aqui está indexado, vinculado, balizado, como queria chamar, a preço de mercado internacional. Então fez-se um grande estudo, a Petrobrás há anos atrás apresentou um trabalho que dizia o seguinte, ela pegou os mercados... de maior probabilidade de abastecerem o Brasil... Aí depois nós estudamos isso aqui... Para a gasolina ficou como mercado de referência o [inaudível], gasolina e diesel. Então o preço lá no mercado, no Golfo do México, mais a despesa de transporte até o Brasil, até o porto que a gente escolhia, mais as despesas portuárias e tal. Então esse era o V zero do preço que a Petrobrás passou a praticar. Ou seja, ela pegava, ia lá fora “Quanto é que está o preço da gasolina no mercado lá do Golfo do México?” “X”. “Tá bom. Quanto é para eu trazer para cá?” “Y de frete marinha”. “Quais as despesas portuárias que eu vou ter?” “[Inaudível] não sei quê...” o conjunto aqui vamos chamar de “Z”. E mais a administração dela, vamos chamar aqui de “M”. Então o somatório disso aqui é que passou a ser o novo preço do produto. Em síntese é isso.

S.L.- O preço final.

C.S.- O preço final. Não, o preço dela, de venda dela! Na refinaria.

S.L.- Ah, o preço de venda na refinaria.

C.S.- Que seria isso aqui. Então...

S.L.- Ah, ‘tá’, ‘tá’, ‘tá’...

C.S.- ...o que era um preço “contido”, vamos chamar assim, passou de repente a ser um preço elevado. Bom, aí o governo nessa mesma portaria, mudou esse negócio de FUP para uma coisa chamada “PPE”: Parcela de Preço Específico. Essa Parcela de Preço Específico foi uma jogada muito inteligente pelo seguinte, essa PPE era, nós fixávamos esse preço aqui, como os preços não estavam liberados ainda, o governo fixava o preço de venda pela Petrobrás. Mas aí é que está, aí é o grande, foi uma grande bolação. Então vamos supor o seguinte: que o governo fixasse 2, 2 reais. Esses números são malucos, 2 reais. Aí a Petrobrás calculava por essa forma que eu cotei o preço do petróleo, do combustível lá fora, a internação no país, a margem dela, ‘bababá’... mais o câmbio, não é? O câmbio. E em determinado momento, vamos supor que esse preço tivesse 1 e 50. O governo fixava isso aqui. E a PPE abateu os 2: 50. Um cálculo bem simplificado. Então quanto menor fosse a taxa de câmbio e o valor lá fora, menor seria isso aqui, ok? Então 1 e 50, não aumentei, zero: com 1 e 50, novamente [ter 1?]. ... vamos supor que o câmbio declinou e o preço lá fora declinou... 1 e 50 abaixou para 1 e 30. Então sobrava mais recurso da PPE que era o que o governo pegava para pagar essas... abastecer a conta-petróleo. Então quanto menor fossem essa variáveis: câmbio e preço lá fora, menor o preço de venda da Petrobrás, maior a PPE. Mais disponibilidade de recursos para pagar essas coisas da conta-petróleo. O inverso também funcionava. Quanto, se o câmbio disparasse, se o preço lá fora disparasse, a Petrobrás não poderia mais vender por 1 e 50, e sim por 1 e 80. Aí sobrava menos recursos para fazer frente a despesas com abastecimento. Aí a pergunta que vem: mas peraí, e se essa coisa subisse a ponto tal que extrapolasse? Era quando o governo dava uns aumentozinhos aqui em cima, o 2. Então o 2 passou para 2 e 10. Passou para 2 e 20. Esse jogo aqui, quer dizer, cresceu tanto o câmbio, o preço lá fora, que não tinha mais para aonde correr. Aí o governo chegou a passar para 2 e 10, 2 e 20. Bom, assim é que funcionava. Com a liberação do mercado... com toda essa revogação de subsídios, de controle de preço, essa coisa toda, que acabou no dia 31 do 12 do 01... por que essa data? Porque a Lei do petróleo deu três anos, 97 até 2000, não é, para que nós liberássemos o mercado. Só que estava tudo pronto do ponto de vista de combustível, mas do ponto de vista tributário não estava nada pronto. Aí foi preciso sair uma nova lei estendendo esse prazo até 2001. Porque faltava base para a área do mercado livre. Criou-se a CIDE: Contribuição e Intervenção do Domínio Econômico. A CIDE Combustíveis. Essa

CIDE veio substituir a PPE. Então você que tudo... [ri] acho que ninguém queria nada, não é? Nem no passado. A FUP já existia desde o tempo do CNP, antes da FUP era uma passagem chamada “outros custos”, quer dizer, que compunha o preço. Era: “Quem paga mais?” “Isso.” Então põe a parcela “outros custos”. “Outros custos” evoluiu para FUP de FUP evoluiu para PPE... isso aqui não tinha devido à robustez ilegal, tanto que ainda hoje há ações correndo dizendo que isso aqui era uma cobrança ilegal, era um tributo mascarado. E a CIDE veio com toda a robustez legal, é uma contribuição, mas funciona do mesmo jeito. Quer dizer, a Petrobrás faz os seus cálculos de preço, vê qual é o mercado, o mais provável fornecedor do país na falta de produto [inaudível], junta o frete longa distância, junta as despesas portuárias, põe lá uma parcelazinha que é dela e chega ao que a gente chama “preço de realização”. É o preço dela. Remunera os custos, remunera o capital investido e paga os custos. Em cima aqui tem a CIDE. Então, aí é que está a deformação que a senhora falou, a [inaudível]. Hoje apenas dois produtos têm CIDE: gasolina e óleo diesel. A CIDE da gasolina é 28 centavos por litro e a CIDE do óleo diesel 7 centavos por litro. Como a gasolina é um combustível que move o transporte individual, pode ter uma carga tributária mais alta, como o diesel move o transporte público e cargas, a carga tributária é menor. Então hoje quando a Petrobrás vende um produto lá na porta da refinaria, ela cobra essas duas coisas, não é? Ainda tem mais aqui: o PIS, COFINS. Eu esqueci o PIS, PASEP, COFINS. Então no momento em que ela vende, eu sei o preço de faturamento na refinaria, ela está cobrando o valor dela, que vem com essa comparação com o mercado externo, a CIDE – no caso da gasolina 28 centavos por litro – e o PIS, COFINS, no caso da gasolina a 14 centavos o litro. Aí essa CIDE era para funcionar dessa maneira. Por exemplo: subiram lá fora os preços ou o câmbio disparou, então a CIDE é como um colchão. A concepção foi essa. Então a CIDE, quer dizer, o governo diminui a CIDE de maneira que a Petrobrás tenha como descomprimir os preços e o impacto não seja tão imediato ao consumidor. O que é que o governo perde? Arrecadação. Bom, mas só que a política macro-econômica passou por cima disso aqui, quer dizer, se a meta é fazer superávit primário, então que toda a CIDE arrecadada hoje vai para formar o superávit primário. Por isso é que a gente não sente, só sente quando o movimento é para cima. [S.L. fala algo]

R.L.- A gente continua sentindo na hora de preencher o cheque.

C.S.- Exatamente. Então quer dizer, o Chile, tem o Chile, usa isso aqui de forma muito inteligente até, é um *Fondo de Estabilización de Precios*. Então é parecido com a CIDE quando os preços estão confortáveis por um lado, você deixa lá o recurso, quando estão desconfortáveis você tira aquele recurso, de maneira que o consumidor não sente assim tão... claro que vai ter um momento que vai sentir, não é? O petróleo a 60 dólares fura qualquer previsão. Mas aí o senhor fez uma pergunta: essa política continua? Em parte. Quer dizer, a legislação, o arcabouço legal é para que continue, mas, mas, mas... como política do governo – e o governo que aí está tem todo o direito de fazer isso, obviamente – como política de governo, os preços de gasolina, diesel e gás de cozinha estão controlados. E a Petrobrás não sobe na mesma proporção e na mesma hora que os preços sobem lá fora. Então há uma determinação de governo, faz parte da política de governo, apesar de não estar explicitado, tendo em vista o controle da inflação, essa coisa toda... para que a Petrobrás não suba. Então nós hoje temos uma defasagem, comparativamente ao preço do mercado internacional, nos preços de gasolina, diesel e GLP. Essa defasagem caiu consideravelmente porque o dólar está afundando. Mas até um dia desses era até bem razoável. Em síntese, não é, a Petrobrás está deixando de ganhar. Quer dizer, ela está vendendo gasolina, diesel e GLP a preços inferiores ao que a política do livre mercado poderia fazer com que ela...

R.L.- Não é que esteja tendo prejuízo.

C.S.- Não está havendo prejuízo, de maneira alguma!

S.L.- Ela estaria autorizada a fazer mais caixa, vamos dizer assim.

C.S.- É. Está deixando. Quem deveria reclamar... quer dizer, nós consumidores achamos ótimo, que a gasolina está há algum tempo, está com um preço... ela subiu agora. Ela passou um bocado de tempo... o gás de cozinha então – que tem uma conotação social muito forte, não é? – também está há muito tempo parado. A defasagem do gás de cozinha para o mercado internacional é de 45%. Quer dizer, se hoje a Petrobrás subisse os preços, dificilmente o pessoal de baixa renda poderia usar. E já não está usando, está migrando para lenha, não é?



S.L.- É, é...

R.L.- Fazendo o caminho inverso.

C.S.- Então, em suma... quer dizer, a política de preço do ponto de vista do arcabouço legal, ela está aí como foi montada em 2002, 2001, mas por determinação de política de governo, apesar de não ter nenhum ato formal, mas a Petrobrás é a empresa que tem parcela do governo... há uma determinação para que ela não pratique esse preço a bem da política macro-econômica. Então é isso que acontece hoje.

S.L.- É. com isso ela chegou até à ANP.

C.S.- Agora, a ANP, para ficar bem claro, a ANP não tem nenhuma atribuição, mas nenhuma... pode pegar a lei de petróleo, varrer... [ri] visitar, re-visitar, não tem uma legislação voltada a preço. Os preços não, eles foram concebidos, não é, como sendo inseridos em regime do livre mercado. Então não existe nem aqui nem em qualquer outro órgão de governo... políticas... desculpe – regramentos de preços. O que existe na empresa é o artigo, se não me engano, 10 da Lei do Petróleo que diz o seguinte: Caso a ANP detecte indícios de... de práticas anticompetitivas, então deve encaminhar, notificar formalmente à SDE, Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e junto com o [CADE?] e a [CEAI?], configuram o Sistema Nacional de defesa da concorrência. A única coisa que a gente tem para preço hoje é isso. Quer dizer, se amanhã nós tivermos indícios de que lá os postos... sei lá, Juiz de Fora, combinaram de fazer um cartel, então nós somos obrigados... Mas fora isso...

S.L.- E na verdade vocês não têm uma relação direta com o infrator, vamos dizer. Vocês têm esse caminho.

C.S.- Nesse caso de preço sim, é o caminho.

S.L.- Da Secretaria...

C.S.- É. Agora, se o infrator, se ele é infrator de outro delito: se ele está adulterando... aí somos nós.

S.L.- Direto. Uma coisa direta.

C.S.- Direto. Aí não tem ninguém...

S.L.- Tem poder de...

C.S.- De polícia, inclusive. De fechar...

S.L.- ...de multa...

C.S.- ...de tudo. É uma outra lei, é a Lei 9847. Os dígitos são os mesmos: 9478 9847. Mas na área de preço não tem. Agora, até para fazer uma justiça a essa política de governo que está aí, quem começou com isso foi o Serra, não é? O Serra, quando ele estava na campanha... ele levou ao Conselho Nacional de Política Energética, não é,... Ele não, ele deve ter pedido ao então presidente Fernando Henrique, o presidente Fernando Henrique levou ao Conselho Nacional de Política Energética, foi criado pela mesma lei do petróleo, a baixar um ato reduzindo em 12, 4% o preço do GLP quando ele se destina a gás de cozinha. Então quer dizer, essa mexida nos preços... não foi uma invenção desse governo e sim no início, no final do Fernando Henrique... no final não, no ano da campanha...

S.L.- Em 2002, ao longo de 2002.

C.S.- É, no final, no segundo semestre, em agosto de 2002 veio uma determinação do CNP para a ANP, para a ANP implementar essa política de preço, só implementar. Ou seja, os preços do gás de cozinha quando dirigidos a [inaudível], o GLP quando dirigido à [inaudível], deveria ser envasado naquele botijão de 13 litros, deveria ser 2,4% mais barato do que o GLP usado em fins industriários.

S.L.- Ah, 'tá! Quer dizer, o mesmo produto, não é, o preço vai variando de acordo com o destino.

C.S.- Com o destino. Então, ou seja, essa mudança no que foi concebido em 2001, 2002, quer dizer, a primeira ocorreu ainda no Governo Fernando Henrique – quero deixar bem... – aí o governo Lula manteve essa diferenciação de preço, não é, do GLP... manteve também uma distância constante com relação a preço de mercado internacional... constante não, mas imóvel, o nosso preço com relação ao preço do mercado internacional... lá ele varia muito, oscila muito, e estendeu para a gasolina e diesel. Então, quer dizer, hoje nós temos essa... essa mudança aí naquilo que foi concebido em 2002.

[FINAL DA FITA 2-A]

C.S.- ...eu não posso contribuir com vocês pelo seguinte, porque eu saí do DNC em 96. Eu me indispus com o Ricardo Pinto e vice-versa, ele se indispôs comigo. Eu saí em 96, ‘tá’, e voltei para o Ministério do planejamento, quando foi exatamente a fase mais contundente de elaboração da Lei de petróleo. O que eu sei é – porque na SEPLAN a gente está no governo e acompanha, não é? – o que eu sei é que o DNC, na gestão do Pinto Pinheiro, participou ativamente junto lá à comissão do Congresso lá na Câmara dos Deputados, incumbida de desenvolver o projeto de lei que resultou na Lei 9478. Isso aí eu tenho certeza de que eles participaram, agora em que medida [inaudível] e tal... porque eu estava fora, eu estava na SEPLAN. E na SEPLAN eu acompanhei também pelo o que eu já disse, não é? Na SEPLAN eu era egresso, o pessoal sabia que eu vinha da área de petróleo, então “Olha, você vai analisar conosco a Lei de Petróleo.” [inaudível] do GLP, com a lei [inaudível]...

S.L.- E quando o senhor voltou para, veio para a ANP?

C.S.- Eu voltei em 99. Eu estava na...

S.L.- 99. Ficou um tempo, realmente. Quer dizer, quando voltou já estava...

C.S.- Já, já estava em 99, voltei...

S.L.- Quer dizer, a ANP já estava funcionando normalmente, não é?

C.S.- Já, já estava funcionando normalmente. E voltei para à área de abastecimento e estou até hoje aqui, como [inaudível] adjunto de abastecimento.

S.L.- Na verdade, Regina, se nós quisermos pegar essa transição no detalhe, não é, talvez com o próprio primeiro presidente, com o próprio dr. David Zylberstajn...

C.S.- Tem uma pessoa, eu posso dar o nome, ele não vai se furtar em receber os senhores, é o dr. Marco Antonio.

S.L.- Daqui.

C.S.- Não, ele é do Ministério de Minas e Energia, eles é da Petrobrás cedido ao Ministério de Minas e Energia. Há muito tempo já eu acho que ele se tornou funcionário público, não é mais petroleiro, está lá há tanto tempo que já... E ele se manteve no DNC durante... porque falava-se com o David Zylberstajn, ele é presidente do Conselho de Administração da Varig...

S.L.- Nós estamos procurando, vamos ver se a gente consegue.

C.S.- Obviamente tem alguns pontos que só ele vai saber, não é? Mas assim, no meio do campo...

S.L.- E do lado do DNC...

C.S.- Do DNC o Marco com certeza. O Marco Antonio...

S.L.- Qual é o sobrenome?

C.S.- É Marco Antonio Almeida Martins, ele trabalha na Secretaria de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia em Brasília, no 9º andar. Ele é uma pessoa que certamente ele

vai poder ajudar nessa... nesse lapso temporal que eu estive fora, mas ele continuou no DNC e certamente ele vai ter...

S.L.- É, porque inicialmente nós pensamos primeiro no próprio dr. Ricardo, mas ele em Washington, é mais difícil do que Brasília.

C.S.- É, não aconselho. Quer dizer, não sei se ele voltou, mas a notícia que eu tinha...

S.L.- É, porque alguém comentou com a gente que ele estaria...

R.L.- Nos Estados Unidos.

S.L.- ...nos Estados Unidos.

C.S.- É, não sei se ele está lá, mas ele foi para lá. Bom, a ANP, ela herdou – só para fechar – a ANP herdou as atribuições da DNC na área de *downstream*, não é,... naquilo que continuou, obviamente, que desenvolveu – aí tem outras pessoas mais habilitadas do que eu para falar – desenvolveu com braço muito forte no *upstream*. Quer dizer, o DNC e o CNP foram carentes no upstream, tanto pela fortaleza da Petrobrás e pela pouca expressão técnica do CNP e DNC na área de *upstream*... Já a ANP não, a ANP fortaleceu bastante, mas muito mesmo, essa área de *upstream*, haja visto aí a rodada de estação de blocos, etc., etc., além de ter deixado também o *downstream*... No início, eu, todavia, não gostava do *downstream*, eu queria que o *downstream* fosse para Brasília e ficasse só com o *upstream*, não é? Como o *upstream* era a vedete, todo mundo a primeira vez que vai que é para o monopólio, não sei o quê... vai vender blocos para empresas multinacionais...!

S.L.- O *upstream* já vai exatamente com exploração...

C.S.- Exploração, produção... Então era “a menina dos olhos”, não é? politicamente dava muita visibilidade, o *upstream*. *Downstream* não, *downstream* era sempre visto assim como uma “ovelha negra”, não é? Quer dizer, é lá onde ocorre o problema de adulteração, é lá onde ocorrem os problemas de sonegação fiscal...

S.L.- Nenhuma novidade em relação ao que vinha sendo feito, não é?

C.S.- Nenhuma novidade. Mas é um ledão engano, porque no *downstream* é onde ocorre a junção dos agentes econômicos com o consumidor. Quer dizer, a imagem do órgão não se dá lá no *upstream*. O *upstream* é para uma elite que entende o que é bloco, o que é sísmica, o que é licitação de blocos, não é? Mas para a sociedade, a face mais importante – na minha maneira de pensar – é lá no *downstream*, é lá onde você tem o contato com [inaudível], não somos nós que somos consumidores que vamos ao posto saber se a gasolina está boa, não está boa e tal, não sei quê. Então é lá que se dá. Então eu acho que a atenção, não é, não estou fazendo marketing do *downstream*, mas é onde ocorre o contato com o consumidor. Quer dizer, tudo existe em função do consumidor. Se a agência descuidar dos agentes que estão lá em contato com o consumidor, a nossa imagem vai para o brejo.

S.L.- É. É verdade.

C.S.- Isso é bobagem. Mas enfim, eu acho que não é por estar no *downstream*, mas eu acho que até nós resgatamos essa imagem, não é, resgatamos a importância do *downstream*.

S.L.- E certamente a ANP representa, em termos de atribuições, um avanço em relação ao DNC, não é? Tem espaço dentro...

C.S.- É. tem, tem... Agora, por outro lado...

S.L.- Dentro de um estado também que tem uma nova cara, não é?

C.S.- É.

S.L.- O setor também tem uma nova cara.

C.S.- Mas por outro lado, não é, a Agência, ela não conseguiu... implementar alguns controles porque, primeiro: o quadro de pessoal é muito reduzido. Agora é que estão chegando os primeiros concursados.

S.L.- Foi o primeiro concurso [inaudível].

C.S.- Primeiro concurso. No passado a gente não pôde realizar o concurso porque havia uma liminar ganha pelo PT que proibia que as agências promovessem concursos públicos porque seriam os agentes, quer dizer, os funcionários das agências teriam salários maiores dos que os funcionários públicos de carreira... Então durante muito tempo houve uma liminar que impediu. Então nós passamos aí um período aí sem... E esses últimos dois anos também nós tivemos um garroteamento, uma redução orçamentária tremenda, não é? Então deixamos de fiscalizar diversos estabelecimentos porque não tinha recursos para pagar uma diária de 120 reais a um fiscal. Então, quer dizer, só pode dizer que a Agência está funcionando a contento quando, primeiro: forem supridas as necessidades de recursos humanos. Agora acredito que sim, a partir de dezembro o pessoal está chegando, e quando houver uma maior flexibilidade orçamentária e financeira. Não adianta você encher, colocar mil pessoas se os fiscais não podem ir lá ver se o posto está adulterando ou não está, ou se a distribuidora está adulterando ou não está. Então, quer dizer, nós sofremos muito com isso, não sei se é por uma indisposição inicial que o governo tinha para com as agências, eu acho que já está, não sei se está superado ou não, esse é um assunto que foge da minha alçada... mas como funcionário a gente notava isso. Então a Agência tem ainda as suas lacunas, acho que nós progredimos bastante, mas tem suas lacunas. Motivadas por esses dois pontos, não é, basicamente, por essa falta de pessoal que agora vai ser suprida, quer dizer, não posso... se os senhores voltarem daqui a três meses não posso nem tocar nesse ponto porque vão estar aí trezentas pessoas... e a parte orçamentário-financeira. Nos últimos dois anos nós temos aqui passado por maus momentos. A ponto de, não vou nem falar em diária... diária isso parece até que a gente só pensa... a ponto de convênios que nós tínhamos feito com o Corpo de Bombeiros... porque como o número de agentes econômico regulado [inaudível], não é, são tantos mil agentes... então você pode trazer para cá 2 mil pessoas, todos formados em Harvard, mas não vai dar conta do país. Tem uma cara que está vendendo GLP no Amazonas, está vendendo GLP lá no Rio Grande do Sul, na Paraíba... ou então é gasolina, é diesel...

S.L.- Quer dizer, tem um cadastro de todos esses...?

C.S.- Todos, todos. E autorizamos um a um. Então qual foi a maneira que a ANP encontrou de melhorar, atenuar as suas deficiências? Tanto do ponto de vista pessoal como orçamentária. Fazendo convênio. No GLP nós celebramos convênio com o Corpo de Bombeiros.

S.L.- Interessante.

C.S.- Mas aí para o Corpo de Bombeiros agregar uma nova função às suas [inaudível], tem que ter aporte de recursos. Então tudo legalmente tem que ter seguro, então repassando para o Corpo de Bombeiros, treinando bombeiro... mas aí por falta de recursos nós ficamos...

S.L.- Quer dizer, governo estadual, [inaudível] governo estadual, não, é?

C.S.- Governo estadual. Então nós perdemos todos os convênios. Quem perde é o consumidor. Ficamos apenas com um. Todos os convênios foram rescindidos porque não tinham...

S.L.- E os convênios são com o Corpo de Bombeiros [com] o Corpo de Bombeiros, não é?

C.S.- É. O que é que nós requeremos do Corpo de Bombeiros? Como nós não temos – como eu já falei, não vou ficar repetindo – pessoal e... então Corpo de Bombeiros, o senhor tem lá... hipoteticamente, uma revenda de GLP, bujão de gás. Aquilo é uma bombinha se não for bem tratada, bem cuidada... O senhor está com uma bombinha... Aí o bombeiro vai lá ver se suas instalações estão de acordo do ponto de vista de segurança. Se o senhor está empilhando aquilo certo, se o local está próximo de escola, de colégio, não sei quê... se tem extintor de incêndio e tal... Então o bombeiro fazia esse papel. É o homem que cuidava da segurança. Somente quando o bombeiro dava um certificado, certificado de segurança, aí é que nós autorizávamos o sujeito. Essa era a função.



S.L.- Ah, 'tá'! Porque a princípio vocês faziam isso...

C.S.- A princípio nós fazíamos isso.

R.L.- Mas aí teria de pagar o fiscal, teria de pagar a diária...

C.S.- É. E como são 75 mil postos de revenda nesse país, estimados, 75 mil pode trazer todo mundo formado em Harvard, [enche] de 2 mil pessoas, mas não tem. Esse é um mercado muito dinâmico. Você está abrindo um, o fulano está fechando... e aí como é que a gente vai fiscalizar?...

S.L.- É. E você atualizar esse cadastro, é uma coisa complicada.

C.S.- Não, não é possível isso. E tem os outros agentes, não é? Tem os distribuidores de gasolina, de diesel... e os postos de revenda, os postos de revenda são 35 mil! Postos de gasolina, não é? 35 mil. Além do mais nós temos um problema sério, felizmente agora conseguimos atenuar um pouco, que eram as liminares. Então nós cassávamos uma distribuidora por irregularidade ou um posto por irregularidade, no outro dia o sujeito tinha uma liminar aí de um juiz mandando reabrir.

S.L.- Aí ele reabria, não é?

C.S.- Reabria! Você tem que cumprir. Liminar você tem que...

R.L.- A coisa mais fácil que tem é a pessoa conseguir uma liminar, não é?

C.S.- É, mas nós fizemos um trabalho muito bom. Nós, junto com outros, com as instituições de classes de combustíveis, não é, que é dos postos de revenda, [SINDTRE], pessoal do TRE e... [SINDCOM] que é o pessoal das distribuidoras, das grandes distribuidoras... E nós fizemos uns eventos, não é, e cujo objetivo era mostrar ao juizes federais o porquê dos atos, como era que eles funcionavam, por que é que a ANP baixava uma portaria assim, assado... Então isso funcionou um pouco, sabe? A morte daquele promotor também lá em Belo

Horizonte, pela Máfia dos Combustíveis, não é, fez o Ministério Público ficar mais atento. Então nós tivemos... ganhamos muito com isso aí. Então as liminares reduziram bastante. O governo ficou muito sábio na parte de tributação, não é? Jogou toda a tributação na Petrobrás. Então hoje quando o senhor compra um litro de gasolina, ela já sai toda tributada da Petrobrás. Então não existe mais possibilidade de sonegação. Do álcool não! Vamos esquecer o álcool, o álcool é um caos aí nessa [inaudível] sonegação. Mas se o senhor compra um litro de gasolina hoje na Petrobrás, não tem como sonegar mais. Porque tantos os tributos federais quanto os estaduais já saem lá. [S.L. fala algo] Pelo princípio da substituição tributária. Então quer dizer, houve uma série de medidas traduzidas em atos legais, sábias, na área tributária e esse trabalho junto à AJUF, não é, Associação de Juizes Federais. Então isso aí melhorou um pouco a situação, melhorou bastante a situação. Mas ainda temos aí umas missões muito sérias para vencer.

R.L.- Quais seriam?

C.S.- Essa de debelar por vez essa adulteração, não é? Acabar de vez não, mas diminuir consideravelmente.

S.L.- Aí a questão do pessoal...

C.S.- É. Essa daí...

S.L.- ...[Inaudível] de recursos na... porque isso precisa...

C.S.- A regulamentação, que muita coisa está ainda, tem ainda um pé ou no DNC ou naquela fase transitória, assim que a ANP chegou, não é? Aí nós estamos revisando toda a regulamentação... temos uma questão séria a resolver que independe, transcende até a atuação da ANP diretamente falando, que é mexer com a Lei das Penalidades... Quer dizer, a lei é muito pífia, não é? A lei é fraca, não é, em termos de penalização. Então aí gera um sentimento de impunidade. O senhor é multado hoje, aí sabe que só vai receber a multa daqui a cinco, dez anos, porque entra com recurso, recurso, recurso... isso gera um sentimento de impunidade, além de o valor ser pequeno. Quer dizer, nós temos aí uma série de... isso aí

depende de lei, não é? Já temos até um projeto nosso lá encaminhado para o Gabinete Civil do Ministério de Minas e Energia, para mudar isso aí. Então depois... se não mudarmos isso também, teremos sempre o problema do sentimento de impunidade, não adianta o fiscal ser eficiente e tal, mas se o sujeito sabe que vai correr todo um processo, todo um rito processual e nesse rito processual ele vai levar cinco, dez anos para... dois, três anos para pagar... esses são desafios que nós temos aí.

S.L.- Então, Regina, vamos dar por encerrado. O senhor gostaria de falar mais alguma coisa?

C.S.- Não, não..! Só dizer que eu estou à disposição, eu consegui resgatar essas preciosidades do passado... Quer dizer, esse livro “Conselho Nacional de Petróleo – 50 Anos – Resoluções e Decisões [inaudível]”... que conta a história, não é? E esse aqui que foi um milagre eu conseguir, que é o Regimento Interno do Conselho Nacional de Petróleo. Está à disposição. Se os senhores quiserem eu mando tirar cópia, mando entregar. Isso aqui é mais demorado, são umas seiscentas páginas, não é? Mas isso aqui é...

S.L.- Podemos, a gente gostaria de ter.

C.S.- E se algum ponto... porque a gente falando nunca é, falando às vezes sai uma coisa que não foi bem entendida ou então se quiser tirar alguma dúvida...

R.L.- Sem dúvida depois, a gente vai fazer a transcrição. Depois eu encaminho para o senhor para o senhor dar uma olhada...

C.S.- Ah, tudo bem! É, é bom. Porque falando a pessoa às vezes, não é, exagera num ponto ou diminui no outro, mas eu... eu acho que eu dei uma varrida aí no...

R.L.- Não, foi muito boa.

S.L.- Foi muito boa.

C.S.- ...nesses três órgãos aí: CNP, DNC, ANP.

S.L.- Isso.

R.L.- Então muito obrigada...

S.L.- Obrigado, dr. Orlando.

C.S.- Não tem de quê. Eu é que agradeço.

[FINAL DO DEPOIMENTO]\*<sup>i</sup>

---

<sup>i</sup> A fita 2 não foi gravada integralmente (45 minutos).